



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2014

-----Aos onze dias do mês de julho de 2013, na Sociedade Musical Sesimbrense, em Sesimbra, realizou-se pelas 21h00, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida – POPNA.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges e Abel João Francisco Valadão;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Manuel Barros Cardoso e Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra;-----

-----Verificou-se ainda a presença da substituta do Presidente do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Francisca Maria Martins Rosa; do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso.-----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Deputada Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, do Grupo Municipal do PS, estava a ser substituída pela Deputada Isabel Alexandra

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Ribeiro Leão Faias. O Deputado Nuno José Almeida Nabais Antunes, do Grupo Municipal da CDU, estava a ser substituído pelo Deputado Abel João Francisco Valadão, assim como o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde Victor Ribeiro Antunes, era substituído por Francisca Maria Martins Rosa.

-----Deu depois conhecimento que no dia 15 e 21 de julho seriam realizadas duas sessões extraordinárias, sendo que a primeira seria específica para a eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa com início às 19 horas e encerramento logo que todos os deputados, eleitos diretamente, votassem, e a segunda destinada a um conjunto de pontos já transmitidos aos Srs. Deputados e Câmara Municipal. -----

-----Agradeceu à Sociedade Musical Sesimbrense a cedência das instalações para a realização da presente sessão, que estava a comemorar os seus 100 anos. A AMS já tivera a oportunidade de aprovar uma saudação partilhando a homenagem a todos quantos ao longo deste período deram o seu contributo a favor duma coletividade com história e com vontade de vencer as vicissitudes dos tempos modernos. -----

-----Agradeceu de seguida a presença dos convidados participantes, começando pela Sra. Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta, Sra. Eng^a Paula Sarmento, passando à Sra. Eng^a Sofia Castel-Branco da Silveira, Vogal do Conselho Diretivo. -----

-----Agradeceu igualmente a presença da Senhora Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP, da Senhora Deputada Eurídice Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, do Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, do Dr. Filipe Cunha, Economista, em representação do Grupo Municipal MSU e do Dr. Adelino Fortunato, Professor Universitário, em representação do Grupo Municipal do BE.-----

-----Agradeceu por fim a presença dos convidados acrescentando que a AMS pretendia que a sessão possuísse um cunho pedagógico e aquilo que se podia considerar como a cultura democrática que era ao fim e ao cabo a participação dos cidadãos nas reuniões dos órgãos autárquicos, debatendo assuntos que eram do interesse para o Concelho de Sesimbra.-----

-----Deu de seguida conhecimento sobre a organização da presente sessão, a qual, sendo uma sessão temática, seria realizada da seguinte forma:-----

-----Uma primeira parte dedicada às intervenções dos convidados, seguindo-se do Período aberto às intervenções dos Cidadãos, solicitando que quem quisesse intervir, em nome individual ou coletivo, procedesse à respetiva inscrição junto da trabalhadora disponível para o efeito. Uma terceira parte destinada ao debate entre os deputados e possível intervenção dos convidados, e eventualmente fruto

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

das questões colocadas pelos cidadãos.-----

-----A quarta parte seria preenchida com a intervenção do Presidente da CMS e dos líderes dos Grupos Municipais da AMS. Por fim seria apresentada e votada uma Moção que fora trabalhada ao nível da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais. Aliás queria referir que a preparação da presente sessão fora desenvolvida pela Comissão de Líderes, sendo a cooperação entre todos fundamental para que existisse uma melhoria do funcionamento dos órgãos.-----

-----Deu de seguida a palavra à **Deputada do Grupo Parlamentar do PCP Paula Santos** para fazer a sua intervenção:-----

-----A Deputada iniciou a intervenção por cumprimentar todos os presentes, agradecer à AMS o convite para participar na sessão temática sobre a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida e saudar a AMS pela realização do debate sobre a matéria que era tão importante e tinha um impacto tão significativo no Concelho de Sesimbra.-----

-----Prosseguiu dizendo que quando se falava do Parque Natural da Arrábida estava-se a falar de um património de elevado valor do ponto de vista ambiental, cultural, mas que tinha também um grande significado para as populações residentes no Parque e para aquelas que tinham uma atividade relacionada com o mesmo, nomeadamente pesca ou agricultura.-----

----- Era um Parque Natural que em boa hora fora criado, que devia ser preservado e valorizado e devia ser colocado no equilíbrio que era preciso ter, entre a sua valorização e proteção da natureza e dos bens culturais, mas também devia ser colocado ao serviço dos interesses públicos e ao serviço da população que deveria obviamente usufruir desta beleza rara que era a Arrábida.-----

-----Com a candidatura da Arrábida a património mundial fora possível sistematizar e conhecer melhor a Arrábida, e o Concelho de Sesimbra ganhara, a região ganhara e o país ganhara por ter sido feito um trabalho sobre a Arrábida.-----

-----Uma vez que se estava perante um Parque Natural com bens ambientais e culturais que eram necessários proteger, o PCP entendia que obviamente tinha que existir um Plano de Ordenamento que constituía um instrumento necessário não só para ordenamento do território mas também para a conservação da natureza. A questão estava no conteúdo do Plano e o que é que impunha do ponto de vista das populações locais.-----

-----O processo tinha alguns elementos que demonstravam por um lado o desrespeito pela opinião das populações, associações e várias instituições, incluindo das autarquias, porque se estava a falar de plano de ordenamento, aprovado em 2005 e fizera tabua rasa daquilo que tinham sido os vários

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

contributos das diversas instituições. Tinham surgido vários alertas e preocupações sobre a ameaça que o Plano constituía para o futuro do território das populações locais, nomeadamente no plano social, económico, cultural e até ambiental, mas a verdade era que tudo isso fora ignorado pelos membros do Governo e a realidade viera confirmar a verdade, ou seja, o Plano tivera impacto muito negativo, nomeadamente no conjunto de atividades económicas tradicionais do concelho de Sesimbra com implicações muito significativas. -----

-----No que dizia respeito à pesca que tinha sido uma atividade que, com a aplicação deste Plano, vira bastante limitada a sua atividade. Este plano não tivera a adequação necessária para equilibrar os valores ambientais a proteger e o desenvolvimento das atividades económicas, nomeadamente da pesca que significava a sobrevivência de muitas famílias e que fora completamente ignorado. -----

-----O problema estava nas medidas altamente restritivas que impediam a prática e o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal e a utilização económica das embarcações com grandes prejuízos para os pescadores. O PCP considerava que os instrumentos de conservação da natureza não podiam ser utilizados como um instrumento fundamentalista e que deviam ter em conta a realidade social e económica e as necessidades das famílias e das populações locais, e considerava que era possível e compatível existir um parque, conseguir preservar os bens naturais e o ambiente e desenvolver atividades económicas que eram desenvolvidas há muitos anos e que nunca tinham colocado em causa o futuro do Parque e a conservação da natureza. Atrevia-se a dizer que as populações locais e residentes do Parque eram os primeiros a salvaguardá-lo, porque elas também dependiam dele. -----

-----O Plano tinha dois pesos e duas medidas porque ao mesmo tempo que impunha medidas restritivas enormes ao desenvolvimento de um conjunto de atividades como por exemplo a pesca e a agricultura, ao mesmo tempo permitia a coincineração em pleno Parque Natural da Arrábida, permitia a construção ilegal de habitações que ainda hoje perdurava, permitia o alargamento das pedreiras, implantação de empreendimentos turísticos, ou seja estavam a falar de um plano com 2 pesos e 2 medidas, que para os pequeninos era forte e restritivo mas quando se tratava dos grandes interesses económicos, estes não podiam ser colocados em causa. O Plano permitia atividades que na opinião do PCP eram bastante negativas para o próprio Parque Natural como era por exemplo as atividades que tinham a ver com os inertes. -----

-----Mas havia um aspeto que não queria deixar de referir que era a necessidade de alocar meios para que a preservação da natureza se fizesse, e podia afirmar que o investimento tinha sido diminuto como por exemplo ao nível dos vigilantes da natureza para que se fizesse a fiscalização do Parque, aliás com

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

bastantes retrocessos.-----

-----O PCP vinha apresentando e questionando o Governo sobre a necessidade da avaliação do impacto das medidas que constavam do POPNA mas também da necessidade e para quando a revisão do POPNA. O Governo, em 2005, comprometera-se que ao fim de 3 anos iria proceder à revisão, mas já se estava em 2014 e já se havia passado por vários governos e a verdade era que o processo ainda não fora anunciado. Existiam aqui várias responsabilidades, governos do PS, governos do PSD e do CDS, a verdade é que não haviam avançado com o processo apesar de ter havido o compromisso junto das populações. Existiam diversas resoluções aprovadas em 2011 na Assembleia da República de vários partidos, incluindo do PCP, que tinham sido aprovadas inclusivamente com os votos dos partidos que hoje constituíam o Governo e passados dois anos e meio continuavam por cumprir.-----

-----O PCP propunha 3 aspetos essenciais: -----

-----1. Que fosse elaborada uma avaliação dos impactos ao nível económico, social e cultural das medidas em vigor do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida nas populações locais, cuja atividade dependesse do Parque Natural da Arrábida, nas atividades económicas tradicionais e a sua relação com a preservação da natureza.-----

----- 2. Que fosse iniciado o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, associado a um amplo debate público, com as forças vivas locais, que incentivasse a participação das autarquias, das populações e demais associações e entidades e que os seus contributos, sugestões e propostas fossem incorporados na proposta de futuro plano de ordenamento.-----

----- 3. Que o POPNA previsse uma estratégia de desenvolvimento económico do Parque Natural da Arrábida que permitisse a progressiva redução das atividades associadas à extração de inertes e a recuperação integral das áreas a esta afetadas. -----

-----Continuou a sua intervenção dizendo que do confronto que o PCP vinha fazendo com o governo foi-lhes respondido pelo Sr. Ministro que iria agora dar início ao processo de avaliação do POPNA, mas não era a primeira vez que o governo se comprometia com o prazo porque em 2012, a uma pergunta do PCP, o Governo respondia que era sua intenção iniciar o processo em 2013. Já se estava em 2014 e a palavra dada relativamente a este processo não vinha sendo cumprida e era importante que as populações, associações e autarquias continuassem a intervir no sentido de colocar em cima da mesa a necessidade urgente da revisão do Plano.-----

-----Se o anterior governo do PS, comprometera-se e depois dizia que era prematuro fazer a revisão do Plano em 2010, o governo do PSD/CDS também não estava a cumprir com a palavra dada, e os

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

grandes prejudicados eram as pessoas porque eram estas que dependiam da atividade da pesca para a sua sobrevivência e para o seu dia-a-dia para assegurar os aspetos mais elementares da sua vida e da sua família. -----

-----Mas para além deste aspeto que era uma questão central e que tinha a ver com o desenvolvimento era de facto possível encontrar um equilíbrio e compatibilizar preservação da natureza, desenvolvimento económico e a manutenção das atividades. -----

-----Para terminar quis salientar que o PCP não iria deixar de intervir sobre a questão porque era um assunto de elementar justiça porque o que estava em causa era a vida das pessoas e a defesa e salvaguarda de um bem que era de todos. -----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção e acrescentou que os órgãos autárquicos do concelho de Sesimbra, sobre a presente matéria, vinham desde 2005, a ter uma presença significativa. Só ao nível da AMS já tivera oportunidade de debater especificamente o assunto como estava a acontecer hoje, ou através de moções aprovadas, o que significava uma atenção particular que este Órgão Autárquico dava à matéria. -----

-----Cedeu de seguida o uso da palavra à **Sra. Deputada Eurídice Pereira do Grupo Parlamentar do PS**. -----

-----A Sra. Deputada iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes dizendo que era com muita satisfação que ali estava a responder a um convite que considerava muito interessante. Na pessoa da Sra. Presidente saudava todos os deputados municipais pela iniciativa que era, do seu ponto de vista, de grande valor, até porque a questão “Arrábida” independentemente do Plano de Ordenamento, só por si era um tema que mobilizava todos e que há bem pouco tempo tinham tentado mobilizar toda a humanidade. -----

-----Esta iniciativa obrigara-a com satisfação a voltar a repensar o tema POPNA e fizera um escrito que resultava da reflexão que fizera onde não podia deixar de falar no pilar fundamental da sessão temática que era a Arrábida, mas também um triângulo que era particularmente e especificamente delicado que tinha a ver com o Plano, propriamente dito, e que envolvia a sustentabilidade, a preservação, a conservação e as pessoas, e era neste conjunto e nesta abordagem que passaria a partilhar o que escrevera: -----

-----*“Foi em 1947 que o poeta Sebastião da Gama, nascido aqui bem perto, em Vila Nogueira de Azeitão, deu voz à tão urgente e necessária proteção da vegetação da Serra da Arrábida, ameaçada de corte maciço para fabrico de carvão.* -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1947, esta alusão é feita porque também é disso que estamos aqui a falar, a proteção da Arrábida.-----

-----Tal impulso – um verdadeiro grito de socorro – demonstrou como na defesa da natureza está também a defesa da identidade cultural de um povo.-----

-----Foi precisamente pelas suas características ímpares, em termos geológicos, de flora, fauna e de clima, mas, também, em termos de riqueza histórica e cultural, que advêm da ocupação humana que remonta ao Paleolítico, que parte desta nossa região foi classificada como Parque Natural em 1976, protegendo os valores ali existentes, sobretudo o exemplar único de vegetação mediterrânea.-----

-----A Arrábida detém um importante acervo patrimonial, desde estações arqueológicas a fortalezas, inúmeras igrejas, ermidas e conventos, palácios de importância nacional e casas senhoriais, agrícolas e inúmeros moinhos, que testemunham a ocupação humana que, desde sempre, aqui tem existido – que permitiu o fabrico de queijo, a cultura da vinha ou a produção de mel e a criação de gado ovino e bovino.

-----Por outro, um coberto vegetal único, relacionado com as condições específicas do clima, bem como do estado e das propriedades do solo, de que merecem destaque a zona maquial e as excecionais matas de carvalho.-----

-----Depois, a fauna excepcional, desde a raposa que diariamente pode ser vista no topo da serra – e que foi a estrela do documentário recentemente ali filmado – às mais de centenas de espécies marinhas. Admitia que estivessem presente, muitos pescadores, e a riqueza das espécies marinhas seria também um ponto de destaque no debate.-----

-----Atentas estas dimensões, em 18 de fevereiro de 2011, a Assembleia da República aprovou cinco Resoluções de apoio à Candidatura da Arrábida a Património Mundial da Humanidade, com o entendimento de que tais valores justificam o reconhecimento universal e de que o reconhecimento da Assembleia da República a esta iniciativa lhe atribui uma importância acrescida.-----

-----Tratou-se de um apoio a uma Candidatura promovida pela sociedade civil, no sentido de elevar a Arrábida a Património Mundial da Humanidade, atentos os seus valores patrimoniais naturais, culturais e culturais imateriais, e, bem assim, o seu carácter ímpar.-----

-----Infelizmente, a Candidatura, a nossa Candidatura, não foi bem-sucedida.-----

-----Ainda assim há pelo menos, para já, um mérito que vingou: o de identificar, claramente e sem subterfúgios, os inúmeros constrangimentos com que a Arrábida se depara.-----

-----Falar da Arrábida é portanto falar da planificação de como esta se ordena.-----

-----Assume, assim, lugar de destaque o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, o foco

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

da Sessão Extraordinária de hoje.-----

-----Sobre o mesmo, algumas evidências que importam lembrar: -----

-----1. Apesar de criado em julho de 1976, o Parque Natural da Arrábida só teve o seu primeiro plano de ordenamento em agosto de 2005, volvidas quase três décadas; -----

-----2. O plano recebeu amplo reconhecimento de organizações ligadas à defesa do ambiente; -----

-----3. O Regulamento do Plano de Ordenamento só veio a produzir plenamente os seus efeitos em agosto de 2009 na área correspondente ao Parque Marinho Professor Luiz Saldanha, atento o regime de transição para ali previsto como se recordariam;-----

-----4. As restrições regulamentares levaram a comunidade piscatória, muito em particular a comunidade de Sesimbra, a manifestar os seus receios relativamente à sustentabilidade da sua atividade. Não tendo sido os únicos protestos talvez tenham sido os mais expressivos.-----

-----Estamos em 2014. -----

-----Decorreram quase nove anos sobre a aprovação do Plano de Ordenamento da área protegida, período suficientemente dilatado para justificar uma avaliação completa da sua aplicação, nomeadamente da eficácia das medidas desenvolvidas no passado recente, fundamentando, dessa forma, a pertinência da preparação de uma alteração ou mesmo de uma revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. -----

-----Eu, pessoalmente, e o meu Grupo Parlamentar temos vindo a defender uma mesma posição – com o Partido Socialista no Governo, e agora, estando o Partido Socialista na oposição –: a de que uma avaliação da execução do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, tem de ser feita de forma abrangente – isto é, incidindo sobre todas as vertentes previstas no Plano, nomeadamente no que se refere à promoção da conservação dos recursos naturais da região, à promoção da gestão e valorização dos recursos naturais, à salvaguarda do património arqueológico, arquitectónico, histórico e tradicional da região, à promoção do desenvolvimento sustentável da região e o bem-estar das populações e ao contributo para a disciplina das atividades urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas – é condição essencial para a verificação da necessidade de alterar ou rever este instrumento de gestão territorial.-----

-----Por outro lado, os Deputados do Partido Socialista eleitos por Setúbal, em que me incluo, têm vindo a defender igualmente a urgência da identificação de meios e de recursos para cumprir os objetivos consagrados no Plano de Ordenamento, que assegurem uma gestão eficaz e consentânea com os valores de exceção ali presentes.-----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----Nada do que digo é novo, poderão dizer. Mas será sempre de dizer enquanto não cumprido.-----

-----O que acabei de vos transmitir foi já defendido pelo Partido Socialista em 2011, na Assembleia da República, com uma iniciativa legislativa cegamente rejeitada pela atual maioria parlamentar que continha um conjunto de orientações versando o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. -----

-----Estou a referir-me ao Projeto de Resolução n.º 67/XII/1.ª.-----

-----Fizemo-lo novamente esta semana, com a entrega, na Assembleia da República, do Projeto de Resolução que veio a obter o n.º 1091/XII/3.ª, reiterando o nosso compromisso pessoal e político com a região, alicerçado em renovada convicção no papel de todas as entidades que desenvolvem atividade no Parque, ou cuja ação tenha incidência na área protegida, como é o caso da Assembleia Municipal de Sesimbra, órgão autárquico de destaque do Município de Sesimbra, que melhor se posiciona para defender, antecipadamente, a sua posição quanto ao futuro desta joia do património natural português.

-----Importa sobre este assunto ter uma apreciação objetiva e deixar ideias pré concebidas de parte, quer pela sensibilidade do território em causa, quer pela vida das gentes que com ele se relacionam. -----

-----Em abstrato vos digo que um plano de ordenamento, e, especificamente, um plano especial para uma área protegida, não pode deixar tudo como estava. -----

-----A fazê-lo declarava à nascença a sua inutilidade. -----

-----Tão pouco pode ser absolutamente minimalista no seu aprofundamento sob pena de não serem, nunca, alcançados os objetivos. -----

-----É, igualmente, certo, e compreensível até, que nem sempre, nesta esfera de atuação, seja fácil fazer entender a quem antes desfrutava plenamente do espaço, que o justo equilíbrio se faz inevitavelmente de cedências. -----

-----Mas também é nosso entendimento que a defesa do ecossistema não pode alhear-se em absoluto das realidades económica e social locais. -----

-----Para que a ação humana sobre o Parque Natural da Arrábida não seja tida “como um elemento perturbador”, usando uma expressão dita por um protagonista local no início deste processo, é necessário que essa ação se pautar pelo cumprimento de regras e que essas regras não induzam, só por si, a exclusão das pessoas na relação com o espaço, mesmo que protegido. -----

-----Estou a falar das mais salutaras relações humanas para com o espaço envolvente. -----

-----Estou a falar da partilha e do usufruto equilibrados do território. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Equilíbrio esse que garanta a conservação, a preservação e sustentabilidade de uma área protegida, mas que não afaste dela a possibilidade de serem geradas dinâmicas sociais e económicas que são alicerces importantes da vida local, mesmo que de atividades de pequena dimensão se trate.-----

-----É isto, minhas senhoras e meus senhores.-----

-----É de equilíbrio que entendo que temos de falar quando entendemos que é urgente visitar o POPNA.-----

-----A minha presença nesta Sessão é, também, um sinal da urgência deste empenhamento coletivo em prol da Arrábida.-----

-----Estou certa de que sairemos daqui unidos em torno de alguns objetivos:-----

-----1. O de se proceder, com urgência, à avaliação da execução do atual Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, do ponto de vista ambiental, social, económico, cultural e patrimonial, identificando, claramente, os pontos de maior conflito entre os interesses em presença, mas também aqueles que possam ter trazido ganhos de sustentabilidade transversal;-----

-----2. O de tornar pública esta mesma avaliação;-----

-----3. O de que o processo de revisão seja participado, envolvendo populações, autarquias e demais entidades interessadas;-----

-----4. O de ser feita uma consulta pública do processo por tempo adequado e alargada a todos os interessados;-----

-----5. O de ver os contributos, sugestões e propostas prestados em sede de consulta pública serem devidamente ponderados;-----

-----6. O de ser feita uma avaliação aos meios e recursos existentes.-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----Foi este o quadro de recomendações que dirigimos ao Governo esta semana, e que não sendo a primeira vez, estamos ansiosos para que seja a última. Pela Arrábida e pelas populações que com ela fazem vida.-----

-----É hora de rever o Plano, não vale a pena esperarmos mais tempo, mas é hora de o rever com muita objetividade com as duas vertentes, técnica e científica, e com o testemunho local, e não vale a pena, numa matéria tão importante e delicada como é a Arrábida, servir de arma de arremesso para outros fins.-----

-----Obrigada.”-----

-----A Presidente da AMS agradeceu a intervenção e lembrou que fora em 10 de janeiro de 2014 que



Assembleia Municipal de Sesimbra

a AMS deliberara realizar esta sessão e transmitiu que vinha sendo prática da AMS de há muitos anos procurar um figurino de assembleia municipal único colocando em debate determinadas questões atuais e pertinentes que acima de tudo interessavam ao concelho. -----

-----Cedeu de seguida a palavra ao **Sr. Deputado Paulo Simões do Grupo Parlamentar do PSD.** -----

-----Usando da palavra o **Sr. Deputado** iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes tendo logo de seguida agradecido à Presidente da AMS o convite para estar presente e transmitido o gosto imenso que tinha em estar ali a discutir aquele tema.-----

-----A sua vida pessoal, profissional e política nos últimos anos vinha tendo um foco muito centrado na Arrábida. Vivia há cerca de 40 anos em Setúbal, era neste momento vereador na Câmara Municipal de Palmela e por força da sua atividade profissional, nos últimos anos antes de ser deputado, passava muito do seu tempo em Sesimbra, e tudo isto tinha um foco de união que era a Arrábida que era um motivo de grande união dos concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra.-----

-----A Arrábida era uma serra com uma beleza enorme e muito rara que culminava com os 500 metros no chamado pico do Formosinho e descia abruptamente sobre o mar onde se destacava uma costa recortada por admiráveis praias. Referia ainda naquela admirável serra a preponderância da vegetação mediterrânica, a coexistência de espécies únicas que lhe davam uma beleza inusitada e não fora por acaso que vários poetas cantaram a Arrábida e no caso particular de Sebastião da Gama chamando-a de Serra Mãe.-----

-----A Arrábida, mais do que uma serra, era também o Parque Marinho Luís Saldanha, onde já foram identificados mais de mil espécies de fauna marítima e de flora. É também as suas grutas, o Cabo Espichel, que constitui o fim de uma costa que vinha do estuário do sado até ao Cabo Espichel. Mas era também as suas festas religiosas, a pesca, a pastorícia, a agricultura e a presença humana que desde há muito anos eram bens imateriais da nossa Arrábida, e no fundo dizer que a Arrábida naturalmente que é um espaço que deve ser respeitado e preservado mas também deve ser usufruído, vivido e sentido por todos aqueles que ali habitam e trabalham. Eram muitas as potencialidades do território. Um espaço com uma beleza natural única que por todos é reconhecido mas também um território com um potencial imenso. Um potencial capaz de gerar um grande desenvolvimento nestes concelhos que repartiam o PNA, mas também toda a região do Distrito e do País, e como as interlocutoras anteriores haviam afirmado, tinha sido intenção que o mundo inteiro beneficiasse e reconhecesse a Arrábida como um património imaterial da humanidade. -----

-----Podia aproveitar estar ali e fazer uma grande intervenção sobre as responsabilidades dos

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Governo do PS que aprovara o POPNA que estava atualmente em vigor e que fora publicado em 23 de Agosto de 2005. Podia falar também que este Plano desde que fora aprovado, fora sempre contestado por inúmeras entidades, associações e cidadãos dos 3 concelhos, sem que o Governo naquela altura tomasse em consideração as realidades das opiniões e sugestões que nos debates públicos foram feitos pelas diversas entidades públicas e privadas e cidadãos individualmente considerados. -----

-----Poderia ainda falar que o governo anterior avançara com o POPNA que trouxera consequências muito negativas para as populações sobretudo ao nível da atividade piscícola devido à redução e até à proibição de algumas artes de pesca artesanal e costeira. Poderia ainda dizer que desde o início do mesmo e já iam quase 10 anos, que o PSD nunca se conformara com a aprovação deste Plano de Ordenamento, mas não ia fazer nada disso. Mais importante do que lamentar o passado e fazer o ataque aos responsáveis por esse passado, achava que era importante preparar o futuro e a revisão do POPNA. Efetivamente a mudança que tinha havido do ciclo político em 2011, não fizera o PSD mudar a convicção que tinha, de que era necessário avaliar e rever o atual Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Era um Plano que tinha impactos negativos do ponto de vista económico, social, ambiental, agrícola na região e que, decorridos 9 anos sobre a sua aprovação merecia uma revisão no sentido de avaliar as ações corretivas para reforçar a fiscalização do PNA do ponto de vista ambiental e de segurança, e por isso, tivera a oportunidade e a honra de subscrever a 1ª iniciativa que os deputados do PSD eleitos pelo Distrito de Setúbal haviam apresentado na Assembleia da República neste mandato. Fora precisamente uma recomendação ao Governo que fora aprovada em 7 de outubro de 2011 que era a resolução nº 155 que recomendava o seguinte: -----

-----“1 — *Proceda a uma avaliação rigorosa da adequação e do grau de execução do POPNA, e dos seus impactes ambientais, sociais e económicos.* -----

-----2 — *Identifique e avalie a suficiência e adequação dos meios humanos, operacionais e financeiros disponíveis para uma gestão eficaz do Parque Natural, que assegurem o cumprimento da lei.* -----

-----3 — *Adote as medidas necessárias para assegurar a proteção do Parque Natural da Arrábida, mitigando os impactes referidos no n.º 1, procedendo à revisão do POPNA num processo participativo e de envolvimento das populações e demais entidades interessadas.* -----

-----Para além desta recomendação também foram aprovadas recomendações apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PCP, do Partido Ecologista Os Verdes e do CDS. A Recomendação do PS não fora aprovada porque propunha a avaliação até ao final daquele ano. Tinha estado 280 dias sem fazer o que o governo do PSD, na ótica do PS, devia fazer em menos de 30 dias. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Mas gostaria de salientar a necessidade de se fazer um grande levantamento ao nível da coordenação e da clarificação das competências e atribuições em relação às diversas entidades, na sua opinião excessivas, com intervenção na Arrábida, que estavam envolvidas no processo. -----

-----Considerava que era importante a existência de um instrumento de ordenamento no PNA que protegesse a natureza como era o caso do Plano de Ordenamento da Arrábida mas não aceitava a imposição de um POPNA que penalizasse o território e as populações locais ao nível económico, social, cultural e ambiental. -----

-----Concordava com a necessidade de regras para a preservação de um espaço como aquele, mas já não concordava que essas regras induzissem, só por si, a exclusão das pessoas na sua relação com o espaço mesmo que esse espaço fosse protegido. A preservação do PNA passava pela flexibilização de algumas regras que proibiam o seu usufruto e por outro lado pela autorresponsabilização por parte da população no respeito do Ecossistema. Atingir o equilíbrio entre a proteção da natureza e o seu usufruto pelas populações devia ser objetivo de avaliação e revisão do POPNA, que o PSD já havia recomendado, no passado, ao governo, e continuava a recomendar. -----

-----Com a conclusão do processo de revisão do POPNA este espaço teria que constituir uma oportunidade de desenvolvimento sustentável de forma a conciliar a proteção da natureza com o desenvolvimento económico, social e cultural. Não deixava de acentuar a necessidade que o novo POPNA contribuísse para o fim da litigiosidade que o atual viera promover, litigiosidade que vinha consumindo energias, impedido consensos construtivos e prejudicado as populações. -----

-----Aliás, o PSD recentemente fizera, não só uma reunião com o Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, mas também uma pergunta no âmbito dos poderes e direitos que tinha e a resposta que obtivera por parte do Sr. Ministro fora que o processo de avaliação ia avançar, que estaria integrado um processo de Revisão do Plano de Ordenamento do PNA e que o processo teria de estar seguramente concluído durante o primeiro semestre do ano de 2015. Teria de ser, não só um Plano adequado aos vários instrumentos de gestão territorial existentes no ordenamento jurídico do País e das autarquias envolvidas, mas também com a participação destas mesmas autarquias e com a participação da população. Era necessário que todos contribuíssem, Partidos Políticos, cidadãos e agentes sociais, económicos e culturais para um melhor POPNA, amigo do ambiente, mas também, e não menos importante, amigo das pessoas e de todas as populações de Palmela, Setúbal e Sesimbra. -----

-----A Presidente da AMS deu em seguida a palavra ao representante do MSU, **Dr. Filipe Cunha**:-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----”Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra-----
-----Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra -----
-----Exmo. (s) Vereadores -----
-----Exmo. (s) Membros da Assembleia Municipal-----
-----Dignísimos oradores convidados -----
-----Associações e seus representantes-----
-----Senhoras e senhores, -----
-----Antes de mais gostaria de agradecer o convite endereçado pelos membros do Movimento Sesimbra Unida com assento na nossa Assembleia Municipal, assim como toda a cordialidade demonstrada desde então pela Dra. Odete Graça e a sua equipa. -----
-----Bom... voltamos a discutir o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida e o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha! Por mais estranho que pareça estamos a discutir os mesmos temas, as mesmas preocupações com os mesmos pedidos, as mesmas resoluções, moções. Porquê? O que é que falhou neste tempo todo para não termos avançado mais? -----
-----Na minha opinião, falta um plano, uma ideia, um projeto coerente em que as entidades interessadas (sejam as Câmaras Municipais, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Governo, Pescadores e seus representantes, operadores turísticos e populações locais) de forma que se possam associar, encontrar pontos comuns de interesse para responder à questão “O que queremos da Arrábida”? -----
-----Dou um exemplo claro dessa incoerência, da falta de um plano, o atual PDM será que reflete efetivamente o que procuramos para a Arrábida, estabelece uma relação adequada entre o urbanismo e a ambicionada defesa do ambiente? -----
-----A inexistência deste plano foi a morte anunciada da Candidatura da Arrábida a Património Mundial, ficou claro se tratar de um processo coxo de sustentabilidade a médio/longo prazo. -----
-----Convém não esquecer que o Parque Natural da Arrábida tem sempre como alvo a proteção ambiental, em terra e no mar, deixando de parte a gestão do território, a criação de emprego, a dinamização da economia, a cultura, a educação, e as populações locais. -----
-----Ainda assim na sua concepção não houve o cuidado de estabelecer metas ambientais mensuráveis e quantificáveis... tornando-se difícil retirar conclusões com base nos poucos estudos publicados, claramente insuficientes para sustentar uma opinião informada e ajudar na tomada de decisões. (deixo um parêntesis para o estudo “BIOMARES” acerca do Parque Marinho) -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Visto de outra forma, se há vontade de criar um novo equilíbrio na “balança” entre ambiente e a economia então não encontramos um único estudo na perspetiva socioeconómica focado na medição dos impactos atuais e futuros do POPNA, ou mesmo, do impacto de alterações que possam ser introduzidas. Concluo que este processo de revisão, baseado apenas nas opiniões da população, de especialistas e da observação no terreno, não se trata mais do que um processo de adivinhação. Sem base científica que mais podemos fazer senão dar apenas a nossa opinião.-----

-----A incoerência é constante no POPNA. Criamos um parque natural cravado de chagas com as Pedreiras e a isso somamos uma cimenteira que coincinera resíduos perigosos. O que é que procuramos afinal? Faz-me recordar um outro espaço na Reserva Ecológica Nacional que todos os anos alberga um evento de música que decerto não foi criado para proteger as aves. Repito de novo... incoerência, não podemos ter tudo, ambiente e economia, não podemos ter um PDM focado no urbanismo e tirar os proveitos de um parque natural...-----

-----Por último, o mais importante, o Parque Marinho Luís Saldanha. Apesar de todos os méritos a nível ambiental, do aumento das populações de peixe e do aumento de dimensão dos espécimes (isto segundo o estudo BIOMARES), teve o condão de estrangular a atividade piscatória (seja lúdica ou profissional), enquanto bloqueou o crescimento das atividades de turismo náutico.-----

-----Mas não se enganem, os pescadores não são uns pobrezinhos, não querem estar de mão estendida, contudo convém perceber a sua realidade. Não há salários fixos, não há segurança no trabalho, arriscam a sua vida no mar porque se não pescarem simplesmente não têm de comer. Têm de ser respeitados.-----

-----Conclui-se rapidamente que o Parque Marinho não é sustentável assim como está, tem de ser encontrado novo equilíbrio, pois sem a pesca perde-se a cultura e a identidade das populações locais e sem o turismo perdem-se mais empregos e prosperidade. Inputs para as alterações não faltam, boa parte aponta para o excesso de regulamentação.-----

-----“Chega de bater no ceguinho”, é preciso acreditar que nós podemos dar a volta a esta situação, afinal fomos nós que a criamos... o Governo, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, as Câmaras Municipais, os agentes económicos e a população em geral. Se queremos tomar uma decisão em consciência, seja de alterar ou de manter o POPNA, temos estudar (com o investimento dos meios para isso), definir prioridades e planear, temos de tomar opções quando existirem incompatibilidades mas mais importante temos de nos focar nos pontos de acordo e é verdade, alguns vão ter de acabar por ceder... o que infelizmente é algo muito complicado em Portugal, principalmente nos dias que correm.-----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Há que aceitar os erros cometidos no passado e aprender com eles. Excomungar os oportunismos políticos, deixar de pensar na cor do cartão e pensar no melhor para Sesimbra, para a região e para a Arrábida.* -----

-----*A atividade económica é compatível com a proteção ambiental, só necessita de regras e não de licenciamento para tudo. Tenho vários exemplos, desde os trajetos para fazer caminhadas (desporto muito praticado pelos franceses e pelos nórdicos), o campismo controlado com pequenas zonas de apoio, os passeios de barco para fins turísticos e culturais, a permissão de mais zonas de pesca de forma faseada.* -----

-----*Mesmo as chagas na Arrábida... que como devem saber, por lei as áreas das pedreiras devem ser reparadas ao seu estado inicial depois de terminada a extração. Deixo a questão, quantas vezes vimos isso acontecer? Temos outras hipóteses, por exemplo a que propôs o Movimento Sesimbra Unida nas últimas autárquicas, a um custo muito inferior ao de transportar milhões de metros cúbicos de terra podemos criar outros espaços integrados na natureza, seja na forma de um parque de campismo, de um lago artificial, de um espaço para desportos ao ar livre, etc. Quanto à cimenteira, se o caminho for o de proteção do ambiente então não vejo outra hipótese senão a de retirar de dentro do parque natural, um dos tais erros a assumir, aprender com ele e a corrigir.* -----

-----*Portanto as opções são muitas, haja vontade política, capacidade de negociação e um plano coerente. E talvez, talvez possamos um dia ambicionar de novo à eleição da Arrábida a Património Mundial.* -----

-----*Obrigado.*-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção apresentada e deu por último a palavra ao **representante do BE, Dr. Adelino Fortunato.** -----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que era um imenso prazer estar no debate. Guardava boas recordações do último debate da assembleia Municipal num momento de crise em Sesimbra quando foram declaradas fortíssimas restrições à pesca artesanal no Parque Luís Saldanha. Não vinha dizer o que o seu partido fizera ou ia fazer mas falar da sua experiência pessoal no que tinha a ver com o POPNA e com a Arrábida, processo em torno do qual se envolvera há mais de dez anos quando promovera contestações ainda que sem grande sucesso. -----

-----*“A primeira observação a fazer refere-se à diferente conjuntura que se vive hoje em comparação com o que passou há dez anos atrás quando o POPNA foi aprovado: neste momento vivem-se tempos de recessão prolongada, de estrangulamento do crédito e de perda de poder de compra; quando o POPNA*

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

começou a ser discutido estávamos numa trajetória de sinal inverso, quando as ilusões de prosperidade e crescimento ininterrupto eram generalizadas. Isto é muito importante para se perceber em que pano de fundo e face a que estímulos os diferentes agentes económicos, sociais e políticos reagiram naquela época e condicionaram a elaboração do POPNA.-----

-----Pode dizer-se que o POPNA começou mal quando, no final de 2002 e no contexto da elaboração da proposta de extensão dos limites do Parque Natural da Arrábida à zona do Cabo Espichel, a Câmara de Sesimbra representada na Comissão de Acompanhamento e à margem das organizações de defesa do Ambiente nela envolvidas, negociou uma redução substancial da área abrangida. As suas intenções eram as de dar oportunidade ao desenvolvimento de projetos urbanísticos que envolvessem as aldeias e outros núcleos populacionais, retirando-os da influência das regras que viessem a ser definidas pelo Plano de Ordenamento da Arrábida. Só que esta concepção de Parque Natural é errada. Porque (para além de deixar fora do PNA locais e atividades muito importantes que é preciso regular) torna inúteis as preocupações de proteção ambiental da Área Protegida, que ficam à mercê dos impactos negativos da zona envolvente, nomeadamente da atividade de construção de segundas habitações. E, também, porque não se pode conceber um Parque Natural sem incluir nele os seus habitantes tradicionais, isto é, as populações das aldeias que fazem parte integrante dos ecossistemas que se pretende defender. -----

-----A primeira versão do POPNA de 2003 começou por contentar as Câmaras da região, acomodando os elevados índices de construção dos respetivos PDMs. Em troca, obteve destas a possibilidade de estruturar uma reserva no Parque Marinho que sacrificava, sem fundamento, os direitos ancestrais da comunidade sesimbrense, proibindo ou restringindo fortemente a pesca artesanal local. Porém, este equilíbrio foi quebrado quando, inesperadamente e refletindo a pressão de sectores significativos da opinião pública, o governo da época, antes da publicação do documento, lhe retirou as chamadas zonas de proteção complementar 3, que asseguravam, em particular à Câmara de Sesimbra, a possibilidade de sobrecarregar as zonas de transição com um despropositado número de edificações, como foi fazendo no restante território do concelho. Foi, neste contexto, que o POPNA passou a desagradar a todos. -----

-----O POPNA, com a complacência generalizada, foi orientado para deixar fora dos seus limites as pedreiras e a SÉCIL, mas, ao mesmo tempo, tudo foi feito para as envolver numa candidatura da Arrábida a Património da Humanidade, que supostamente permitiria à cimenteira e às explorações de inertes sair com indemnizações pagas pela UNESCO, esbatendo a sua atual falta de rentabilidade e as ameaças de concorrência de outros projetos na forja com menos impactos ambientais. Por aqui se vê como o POPNA era puramente instrumental e, por isso, nas palavras de todos os responsáveis nacionais e locais, “mais

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

valia ter um mau plano que não ter plano nenhum". A intenção dos promotores era concorrer com base na zona de proteção total terrestre e no Parque Marinho, "esquecendo" os verdadeiros problemas da Arrábida, perante os quais o poder político se curvou sem força nem vontade, mas sacrificando a comunidade piscatória (os aparentemente mais fracos) com argumentos de ocasião. -----

-----Estes são apenas alguns episódios do passado recente que ajudam a perceber e a explicar as dificuldades do presente, nomeadamente a perceber por que razão o POPNA é um mau plano e precisa urgentemente de ser revisto. Mas também a perceber por que razão a candidatura a Património da Humanidade falhou redondamente e foi apenas uma fuga para a frente de quem a organizou. -----

-----Discutir a revisão do POPNA implica considerar previamente quatro questões fundamentais: ----

-----1) Qual a estratégia de desenvolvimento que se pretende promover na região da Arrábida e respetiva envolvente? -----

-----Da resposta a esta questão decorre uma série de consequências. A estratégia é um conjunto de ações coerentemente articuladas, envolvendo as diferentes vertentes de atividade, destinado a atingir objetivos gerais previamente definidos. Logo ela é a definição das prioridades, o que é fundamental e articula tudo o resto, o cimento que dá coerência à política nas várias áreas. -----

----- Se se pretende continuar o caminho traçado nos últimos anos de urbanização acentuada nos limites do Parque Natural da Arrábida e de aproveitamento da pressão turística indiferenciada e poluidora proveniente da área metropolitana de Lisboa para construir segundas habitações, então os atuais mecanismos de proteção não fazem sentido e mais vale abandoná-los. Isto poderá agradar a muitos dos que sonham com a massificação de uma zona de invulgar beleza e potencial para atingir objetivos menores e pouco compensadores no longo prazo, que aprofundarão a desqualificação e o declínio da região.-Pelo contrário, se se pretende dar lugar à conservação e à reabilitação de uma zona com valores ambientais e culturais relevantes, então há que alterar substancialmente os procedimentos que nos regulam. -----

-----Desde logo no que respeita aos próprios limites do PNA, que foram cuidadosamente delineados de forma a deixar de fora as áreas sensíveis ocupadas pelas pedreiras e pela cimenteira, verdadeiras ameaças desagregadoras de toda a região. É preciso incluir esses territórios no quadro da estratégia mais vasta de reabilitação e de proteção, pois estamos a falar de uma mesma realidade. -----

-----Mas também do ponto de vista das atividades económicas prioritárias que se devem articular com os objetivos mais gerais de proteção da natureza e da cultura locais. Na minha opinião o ecoturismo e a cultura em sentido amplo podem desempenhar essas funções, tal como as pescas o fizeram no passado. É,

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

seguramente a opção mais barata de todas. Ela implica preservar a natureza e as atividades tradicionais, reabilitar as zonas degradadas, criar centros de interpretação ambiental, introduzir os sítios ambientalmente relevantes nos roteiros turísticos nacional e internacional, fomentar o turismo rural e o turismo de habitação e evitar que Sesimbra se torne uma periferia de Lisboa. Nessa perspetiva é preciso dar grande relevância ao fortalecimento das atividades tradicionais, artesanais, piscatórias e a agrícolas, que ajudam a repovoar o território e a dar a vida e os instrumentos de defesa que só a presença humana podem verdadeiramente assegurar. -----

-----Isto implica impor a revisão dos PDMs em baixa, sobretudo nas zonas tampão que confinam com os limites do Parque e onde se pretendem implantar projetos ditos turísticos de grande escala e com enormes impactos (vejam-se, por exemplo, os Planos de Pormenor da Mata de Sesimbra Norte e Sul, aliás inviáveis no presente contexto da economia mundial), evitar loteamentos ou a pressão imobiliária dentro do Parque, impor um limite temporal à atividade de exploração de inertes (em vez do atual sistema que assegura aos proprietários um determinado volume de extração) e assegurar os respetivos planos de recuperação ambiental e paisagística das zonas afetadas. -----

-----2) Qual o modelo de gestão territorial nas suas vertentes natural, edificada e cultural? -----

-----Os mecanismos e o sistema de gestão das vertentes natural, urbanística e cultural têm sido incapazes de evitar o desenvolvimento de aglomerações urbanas muito densas por intermédio de construções que põem em causa a integridade e identidade da Arrábida, mesmo quando elas se localizam sobretudo nas zonas tampão. -----

-----Uma parte destes problemas está associada à natureza maioritariamente privada da propriedade (só 3% da propriedade é pública), mas a incapacidade do Parque para gerir convenientemente o território vem do desdobramento de competências com os instrumentos de gestão e planeamento municipal, nomeadamente os PDMs, que na prática impõem constrangimentos, muitas vezes invocando direitos adquiridos dos particulares. -----

-----Por outro lado, os planos de desenvolvimento regional, nomeadamente na vertente turística, nem sempre servem os objetivos de proteção da natureza associados a uma área protegida, antes apoiam muito mais um determinado modelo de política urbanística com impactos negativos e predadores. Nomeadamente o estímulo e a prioridade ao turismo massificado e indiferenciado geram uma sazonalidade extrema, desertificação das zonas expostas à especulação imobiliária, com picos de frequência que congestionam completamente as infraestruturas e que só servem para sustentar atividades com muito pouco valor acrescentado. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tudo isto significa que é preciso reforçar o sistema de gestão territorial de forma a criar a integridade de instrumentos e políticas que possam evitar a conflitualidade entre objetivos associados à proteção da natureza e ao crescimento sem freio das zonas urbanas e, ao mesmo tempo, assegurar a eficácia dos mecanismos de controlo da execução dessas políticas.-----

-----3) Qual a fundamentação técnica e científica das políticas que devem ser sugeridas pelo POPNA?

-----A versão do POPNA que está em vigor foi feita por pessoas e entidades que não detinham o conhecimento técnico e científico atualizado necessário para tomarem opções adequadas. Não existe um levantamento da divisão fundiária da região, não existe um conhecimento detalhado da evolução e composição demográfica, não existem estimativas acerca dos impactos das atividades predadoras e poluentes existentes nas imediações do Parque.-----

-----Precisamos de promover os trabalhos de investigação e inventariação que nos permitam fazer uma revisão qualificada do POPNA.-----

-----4) Qual o modelo de governação mais adequado?-----

-----Num território com as características da Arrábida, onde existem núcleos populacionais significativos distribuídos por diferentes municípios, onde existem atividades económicas tradicionais relevantes e um regime de propriedade maioritariamente privada, só um regime de governação relacional, que integre todos os stakeholders, tem viabilidade. Isto significa dar voz aos representantes dos residentes, dos agentes económicos, dos proprietários, ONGs e entidades públicas num órgão consultivo que ajude a fundamentar as decisões.-----

-----Em conclusão: todos estamos, certamente, a favor da revisão do POPNA, provavelmente invocando razões e objetivos diferentes. Por isso é que é urgente promover a discussão pública, ampla e participada, que esta terra merece.”-----

-----Seguidamente a **Presidente da AMS** cedeu a palavra à **Sra. Eng^a Paula Sarmento**, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta, a qual, com o apoio de uma apresentação em *power point*, iniciou a sua intervenção agradecendo à Presidente da AMS pela oportunidade de poder estar na sessão e partilhar a visão do ICNF sobre o POPNA. Cumprimentou todos os presentes e em especial os convidados que partilhavam as suas opiniões.-----

-----Julgava que era importante começar por referir quais eram os objetivos e os valores naturais que eram ao fim e ao cabo a razão para ter um plano de ordenamento - os marcos históricos e evolução e por último dar nota daquilo que lhe parecia ser a principal preocupação de todos que eram os trabalhos em curso e o que é que estava ou não a ser feito no contexto da avaliação e revisão do POPNA.-----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Recordou que a classificação do Parque Natural da Arrábida visava proteger valores que eram naturais mas eram componentes geológicos, florísticos, faunísticos e paisagísticos locais, bem como testemunhos materiais de ordem cultural e histórica que a região encerrava. Que os objetivos do PNA também estavam definidos e tinham a ver com a conservação dos recursos naturais mas também com a gestão e valorização desses mesmos recursos, com a salvaguarda do património nas suas diferentes componentes e com um contributo que se pretendia fosse efetivo de ordenação e disciplina das atividades urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, e tudo isto visava, em última análise, promover o desenvolvimento sustentável da região e o bem-estar das populações que nela residiam.----

-----Os objetivos das áreas protegidas em Portugal, contrariamente àquilo que parecia resultar da opinião pública, tinha a ver com zonas onde os valores naturais estavam ligados a paisagens fortemente urbanizadas. O ICNF não estava a salvaguardar a floresta amazónica, existiam valores naturais bastante importantes em Portugal mas em quase toda a tipologia de paisagens elas resultavam de uma atividade humana quase milenar e nestes territórios, o que efetivamente se conseguira, fora um equilíbrio bastante efetivo entre a componente da natureza e a atividade humana. Portanto em ultima análise se hoje existiam áreas protegidas em Portugal elas se deviam às populações que aí residiam e à forma como sabiam gerir o território. O que o ICNF pretendia era integrar esses componentes em programas e no planeamento regional, na criação de serviços ligados aos recursos naturais e às atividades tradicionais, considerando a importância que o turismo de natureza e as atividades que o sector do ambiente tinham.

----- Era também sobejamente conhecido que a taxa de crescimento das atividades ligadas ao ambiente era de uma forma invejável, superior aos das outras atividades económicas. Promover a investigação científica em técnicas de conservação ligadas a estes recursos e adotar medidas de gestão e monitorização destes passos, sempre considerando as populações residentes e os atores de desenvolvimento local porque sem eles aqueles valores naturais eram postos em causa. -----

-----No PNA existiam espécies de flora e fauna que tinham edenismos de relevância natural e isto acontecia tanto na área terrestre como na área marinha. Existiam mais áreas marinhas protegidas em Portugal mas na costa da Arrábida existia um património particularmente relevante com fauna e flora marinha que integravam o Parque Marinho que estava adjacente à zona terrestre e na zona do Cabo Espichel havia um regime de proteção que visava as arribas marinhas, espécies vegetais endémicas, a nidificação de aves e a preservação de icnofósseis. -----

-----Existiam mais de 1320 espécies marinhas, 2000 espécies de fauna e flora terrestre, 37 habitats dos quais 9 eram prioritários, 14 espécies com estatutos de proteção, 3 delas também prioritárias e

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

existia nesta zona cerca de 40% da flora do território português.-----

-----Do ponto de vista histórico, em 1971 foi criada a Reserva da Arrábida e, em 1976 foi criado o Parque Natural da Arrábida, com uma área de 10.821 hectares, entre Setúbal, Palmela, Sesimbra e o mar. Não podia deixar de recordar que o Plano de Ordenamento era de 2005 mas a Portaria Nº 26-F de 1980 era um regulamento do PNA que efetivamente já tinha nessa altura uma carta de ordenamento. -----

-----A Rede Natura 2000 era de entre 1997 e 2006. A reserva marinha fora criada em 1998, fazia 16 anos no dia 14 de outubro, e em 2003 fora promovido o alargamento do Parque Natural até ao Cabo Espichel. Em 2005 fora aprovado o Plano de Ordenamento e em 2009 começara a funcionar o Conselho Estratégico. Este reunia, no caso concreto do Parque Natural da Arrábida, os representantes dos *stakeholders*. Neste momento era presidido pelo Presidente da CMS e valia a pena referir que já fora manifestada a intenção, já com o aval da tutela, de que o conselho estratégico pudesse ser reformulado com vista a ter representantes dos *stakeholders* numa maior percentagem dos seus membros. -----

-----Do ponto de vista espacial explicou a delimitação da área protegida, da zona de proteção especial e do sítio de importância comunitária da Arrábida Espichel. Relativamente aos regimes de proteção existia a área de proteção complementar, de proteção parcial, zona de indústria extrativa e os perímetros urbanos. No caso concreto do PNA e do Parque Marinho Luís Saldanha havia o grato prazo, contrariamente a outras situações, de existir bastante trabalho desenvolvido. -----

-----Já fora referenciado o projeto BIOMARES e existiam projetos executados no terreno de recuperação de pradarias marinhas, colocação de boias compatíveis com os valores naturais que estavam no fundo do leito do mar, um estudo de compatibilização com atividades náuticas, diversas ações de sensibilização e divulgação, existia trabalho de monitorização de pescas, trabalho de monitorização de biodiversidade marinha. -----

-----Já estava iniciada, apesar de ser verdade quando diziam que não conheciam os resultados, os trabalhos de caracterização e monitorização das atividades socioeconómicas, sendo que este projeto envolvera uma série de parceiros. -----

-----Existiam ainda outros projetos de investigação e monitorização, um estudo da biodiversidade da fauna na área da influência da pedreira da SECIL. Vários censos de perdiz, coelho, cegonha branca, entre muitos outros trabalhos feitos com outras entidades. Já fora discutido no Conselho Estratégico e no dia 23 de outubro, dia do aniversário do parque marinho ia haver uma sessão pública onde seriam compilados todos os trabalhos que existiam sobre a região de modo a que o processo de revisão pudesse ser informado com todo o trabalho que já estava feito num contexto de avaliação do Plano. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Era um prazer ouvir das informações anteriores que não existiam grandes desacordos relativamente àquilo que era essencial, e estavam todos de acordo que o Plano tinha que ser revisto, que tinha que ter uma avaliação alargada, só não se revia na “rápida” porque muitas vezes a rápida com a “alargada” e ponderação dos contributos, eram processos dificilmente compatíveis. -----

-----A Revisão do Plano tivera início no último trimestre do ano passado porque começara com a metodologia de avaliação do plano dado que a avaliação do Plano era determinante para que o processo de revisão conduzisse aos resultados que se pretendia. O processo de avaliação estava em curso e previa-se um processo de discussão o mais alargado e participado possível.-----

-----No enquadramento legal atual o nosso Plano de Ordenamento era especial. Existiam planos sectoriais que vinculavam a administração, planos especiais que vinculavam também os particulares e os planos municipais de ordenamento do território. A nova lei de bases da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo já fora publicada e basicamente fazia com que se deixasse de ter planos especiais e se passasse a ter programas especiais. A grande diferença era que os programas especiais só vinculavam a administração, ou seja, as normas que vinculavam os particulares deviam ser vertidas para os planos diretores municipais de modo a que as pessoas, basicamente, só tivessem que se preocupar com um instrumento, não existindo informação dispersa num grande conjunto de instrumentos de gestão territorial distintos.-----

-----O processo de avaliação deste Plano assumia assim um valor reforçado porque ia ser feito numa altura em que se verificava esta mudança de enquadramento legal.-----

-----O calendário que neste momento era do conhecimento público era que a nova lei fora publicada a 30 de maio de 2014, em 29 de junho de 2014, entrara em vigor, em Novembro, Dezembro deste ano seria expectável que estivesse regulamentada a lei através da publicação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e do regime jurídico de urbanização e edificação. Seriam definidos nestes regulamentos os prazos em que todos os Instrumentos de Gestão Territorial teriam de ser reconduzidos à figura de programa especial, e em 30 de junho de 2015 deveriam estar identificadas as normas dos Planos de Ordenamento das áreas protegidas que tinham de ser integradas nos Planos Diretores Municipais. A CCDR liderava estes processos e no caso das áreas protegidas seria feita com o envolvimento do ICNF que intencionava beber já do processo de avaliação para identificar as normas que considerava que estivessem corretas e que deviam ser desde já identificadas como normas a verter nos PDM. -- -----

-----Até 30 de junho de 2017, os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas que estavam ainda em

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

vigor poder-se-iam manter em vigor, mas era o limite a partir do qual tinham que estar todos vertidos nos Planos Diretores Municipais. -----

-----Prosseguiu dizendo que a metodologia de avaliação fora uma tentativa de sistematizar aquilo que se tinha que ponderar no processo de avaliação. Existiam questões que tinham a ver com a estrutura dos Planos e outras com a sua execução, nomeadamente a nível do contexto, qual o enquadramento legal e programático de referência, da integração das diferentes políticas, o plano sectorial das redes natura, estratégia nacional de conservação da natureza e biodiversidade, o plano de ação nacional de combate à desertificação, a estratégia nacional de alterações climáticas, adaptação às alterações climáticas. Garantir coerência interna do Plano, cruzando os objetivos com as tipologias e atividades a promover, e verificar se eram adequados às populações. Existiam também questões que tinham a ver com a percepção do Plano, ou seja, quais eram as dúvidas que a aplicação do Plano suscitava, existiam normas que não eram muito claras e levavam a interpretações dúbias ou difíceis. Quais as listas dos artigos cuja aplicabilidade não tinha por base os valores naturais.-----

----- Não havia coisa mais constrangedora para quem estava no ICNF do que chegar à conclusão que tinha uma regra e quanto tentava perceber quais eram os benefícios que tinham nos valores naturais existia dificuldade em explicar, o que significava que tinha sido mal definida, ou que impactos é que tinham nos objetivos de conservação da natureza mas também do ponto de vista de impactos sócio económicos, culturais e avaliação de tendências e de pressões. -----

-----Portanto a questão chave de um Plano de Ordenamento de uma área protegida era efetivamente se o Plano tinha cumprido o seu propósito de salvaguarda dos valores naturais.-----

----- Mais uma vez não discordava do que fora dito anteriormente mas parecia-lhe que seria um bocadinho excesso de ambição tentar, através do Plano de Ordenamento da Área Protegida, resolver todos os aspetos que ali haviam sido referenciados. -----

-----Existiam aspetos que tinham indiscutivelmente a ver com o Plano mas outros que extravasavam o seu contexto, mas devia-se verificar se existiam mecanismos necessários adequados que permitissem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina e como tal concluir-se se existia a necessidade de alteração à revisão do Plano, neste caso sabia-se que sim. -----

-----Por fim, não se querendo repetir muito, a síntese dos aspetos a considerar era se o Plano de Ordenamento da Área Protegida era necessário à salvaguarda dos valores; se apresentava restrições que careciam de necessária ponderação face ao que se tinha como valores naturais em presença; se a integração do plano sectorial fora cumprido; se existiam mecanismos adequados à permanente avaliação

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Plano ao nível da monitorização dos valores; se a informação sistematizada era utilizada em tempo útil; se existiam indicadores da presença do acompanhamento do Plano que permitam a todos ter confiança de que se tinha informação sobre a forma como o Plano estava a ser implementado, se os erros e omissões estavam identificados e se se confirmava a necessidade de procedimento de revisão que era a questão fundamental que resultava da avaliação, e neste caso, quase que diria que existia informação suficiente. -----

-----Concluiu com os aspetos principais, ou seja que se começara o processo de revisão do Plano no último trimestre do ano de 2013; estava em curso um processo de avaliação do Plano que neste momento decorria numa ponderação interna feita no ICNF, de toda a informação que tinha do acompanhamento do Plano mas também através do Conselho estratégico numa garantia que já nesta fase se conseguia adquirir o máximo de opiniões dos *stakeholders* com vista a promover uma fase de consulta externa, porque como já fora dito, um bom Plano dependia de uma boa avaliação e de conclusões consolidadas nos seus resultados.-----

----- Não podia prometer a ninguém que iriam estar todos de acordo no final mas o que podia afirmar era que o ICNF estava profundamente empenhado em conseguir explicitar qual era a fundamentação daquilo que acreditava e que todos os contributos que chegassem seriam devidamente ponderados, analisados e debatidos. O objetivo do ICNF era que o Plano fosse o mais amplamente divulgado e debatido de modo a que a nova versão pudesse ter o maior nível de aceitação possível.-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção da Sra. Eng^a Paula Sarmento e informou que iria iniciar o Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos. Deu conhecimento que a Mesa recebera duas inscrições, a do Município Paulo Sá Caetano e do Município Manuel Jorge Pinhal Ruivo.-----

-----Informou que o assunto da intervenção do Município Paulo Sá Caetano se prendia com “Os impactos da não aprovação da Candidatura da Arrábida a Património Mundial, na revisão do POPNA e nos restantes instrumentos de Ordenamento do Território”-----

-----Usando da palavra o Município iniciou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu a oportunidade de poder dar a sua opinião, neste caso mais para uma reflexão e eventual inclusão no debate e não para uma resposta imediata.-----

-----No âmbito do tema – Revisão do POPNA – era quase inevitável não envolver a situação da não aprovação da Candidatura da Arrábida a Património Mundial. Fora um choque para muitas pessoas nomeadamente as que estavam empenhadamente envolvidas no processo e nos trabalhos reunidos para constituir o *dossier* de apresentação. O não reconhecimento de algumas excecionalidades, unicidade de

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

alguns valores que foram indicados, naturais, culturais, imateriais, etc, certamente seria discutível. Em muitos casos, lendo atentamente os relatórios, parecia haver algum extremismo e excesso nos argumentos que não reconheciam alguns dos valores. No entanto estava-se a falar da mesma entidade – UNESCO – que não via qualquer problema por exemplo na barragem do Tua e na sua construção em termos do património do douro vinhateiro mas que depois, neste caso particular da Arrábida evocava certos aspetos para não justificar as excecionalidades e o valor dos bens evocados, o que provocava alguma estranheza. -----

-----No entanto não era tanta surpresa com a identificação que estava bem clara nos relatórios elaborados e que eram do conhecimento público, sobre algumas das ameaças que punham em causa a classificação do bem. Algumas dessas ameaças identificadas e reconhecidas por toda a gente, já aqui evocadas, a exploração de inertes, a cimenteira, etc., mas uma que particularmente realçava eram as pressões urbanísticas, os seus impactos, nomeadamente a pressão turística em Sesimbra. -----

-----A questão que queria trazer para debate era se a não aprovação da Candidatura, relatórios, comentários, identificação de situações, não mereciam ser trazidos para as questões da Revisão do POPNA e de outros instrumentos na área urbanística, nomeadamente o PDM de Sesimbra, e incorporadas no debate com o objetivo de correção, se é que se queria ter oportunidade numa eventual nova candidatura, mas pelo menos à valorização e ao reconhecimento claro, regional, nacional internacional do valor existente na região. -----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção do Município e esclareceu, relativamente à questão do PDM, que a seu tempo, a CMS e a AMS associada, promoveriam debates alargados daquilo que seria a nova configuração e modelo do PDM. Naturalmente que ao falar-se da Arrábida podia ser feita uma leitura transversal do que eram os Planos que envolviam os municípios e a própria área metropolitana mas julgava que a presente sessão tinha como ponto fundamental e objetivo discutir o POPNA e a sua revisão, apesar de existirem questões que estavam interligados. -----

-----Deu de seguida a palavra ao **Município Manuel Jorge** para intervir sobre “Pesca lúdica apeada”. -

-----Iniciando a sua intervenção o Cidadão cumprimentou todos os presentes e disse que o que se falara hoje já se tinha falado há 9 anos com outras palavras. Ficara confuso sobre que estratégia existia para o Parque Natural da Arrábida. A estratégia que vinha sendo implementada era privar as populações.

-----Falara-se na inclusão da população local. Ele fazia parte da população ativa, contributiva do País. Era natural, residente, eleitor e contribuinte do Concelho de Sesimbra e fora privado, na Azoia, de fazer a pesca lúdica. Falara-se do Cabo Espichel, das espécies arbustivas únicas, mas assistia-se, impávidos e



Assembleia Municipal de Sesimbra

serenos, à destruição dessas mesmas espécies. Quando interviera numa sessão na Sala dos Bombeiros Voluntários alguém dissera que ele e os outros que iam à pesca a pé contribuía para a destruição dessas espécies, e todos os que praticavam pesca lúdica na zona ficaram privados de exercer aquela atividade. Hoje ele via moto quattros, jipes, btt's a destruírem aqueles valores. -----

-----Não era o governo que pagava os subsídios à pesca profissional, era ele, o governo não criava riqueza, geria a riqueza que ele produzia, ele e todos aqueles que estavam nas mesmas circunstâncias. Era pena passar-se tanto tempo a discutir sempre as mesmas coisas com outras palavras. Deviam atuar. Não deviam dispersar as pessoas mas mantê-los unidos. -----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção e disse que uma vez que não existiam mais inscrições por parte do público presente convidava os oradores a comentarem as intervenções realizadas.

-----**A Sra. Deputada Eurídice Pereira do Grupo Parlamentar do PS** acrescentou que não valia pena “chover no molhado”. No essencial existia uma concordância no sentido de que a Revisão tinha que ser feita na base de uma avaliação, e julgava que era uma vontade unânime, e depois existiam de facto discordâncias relativamente aos conteúdos mas isso era saudável e certamente iria animar o debate quando a proposta de revisão estivesse pronta e onde todos teriam oportunidade de emitir as suas opiniões e em particular a comunidade de Sesimbra. -----

-----Relativamente às duas intervenções, o registo do Sr. Paulo Caetano deixara matéria para reflexão e a intervenção do Sr. Manuel Jorge também fora pertinente porque no fundo referira o seguinte: se não se pode o menos porque é que se pode o mais? Mas seria importante possuir o contributo técnico porque tinha a ver com uma questão muito importante que era a fiscalização. Em tempos, não muito idos, viera a Sesimbra com os seus camaradas deputados, para um conjunto de encontros onde falaram com pescadores e a questão da fiscalização viera à baila. Era afirmado que já existiam mais espécies e mais quantidade, no entanto, se não se pescava de dia havia quem pescasse de noite. Afinal que reserva era esta. Não era fiscalizada durante períodos e como é que podiam afirmar que existia mais peixe e maior diversidade se se continuava a pescar nos períodos em que não era exercida fiscalização?-----

-----Prosseguindo os trabalhos usou da palavra a **Sra. Eng^a Paula Sarmento** que respondendo ao Cidadão Manuel Jorge disse que era fundamental que todos que utilizassem o espaço compreendessem a razão das regras. O que se pretendia com uma ampla divulgação era precisamente isso. Poder-se-ia chegar ao fim e não estarem todos de acordo mas era importante que todos tivessem um quadro coerente sobre o porquê da implementação das regras. -----

-----Quase todas as intervenções tinham referido a falta de meios e queria dizer que era uma fã da

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

filosofia do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e no contexto socioeconómico em que se vivia, hoje, ao nível da conservação da natureza, proporcionalmente, existiam mais meios. O facto de se ter juntado a conservação da natureza com os serviços florestais dera uma disponibilidade de meios e uma capacidade de atuação ao nível operacional que não existiam anteriormente.-----

-----Usou depois da palavra a **Eng^a Sofia Castel-Branco da Silveira** que começou a sua intervenção por agradecer o convite e cumprimentar todos os presentes com especial destaque ao público presente cujos rostos já conhecia de outros debates e reuniões por vezes bastante acesas e interessantes.-----

-----Referindo-se à intervenção dos cidadãos e realçando a frase de apelo à não dispersão mas sim à união, disse que o processo de candidatura da Arrábida a Património Mundial fora sobretudo um processo extremamente interessante do qual se tinha que retirar ensinamentos inclusivamente para o que se pretendia fazer na Revisão do POPNA ou o tal programa especial de acordo com a nova lei de bases.-- -----

-----O processo de Candidatura começara há muitos anos, em 2001 com a QUERCUS, mas devido à ausência de coesão não avançara. Em 2005 o POPNA viera fraturar um conjunto de entidades, interesses, de todas as partes. O processo fora retomado mais tarde, em 2009, por iniciativa dos 3 municípios que integravam o Parque Natural e encabeçados pela AMRS, para o qual o Instituto fora convidado tendo sido desenvolvido um grande percurso com um trabalho que infelizmente não fora coroado de êxito, mas julgava que seria importante que ficasse claro que eram objetivos completamente distintos. O Parque Natural tinha um conjunto de valores que eram reconhecidos nacional e comunitariamente. Quando se estava a falar de património mundial, hoje, em 2014, não se estava como há 20 anos atrás. Existia uma competição muito feroz ao nível daquilo que era, ou devia ser, a excecionalidade dos valores. Tinha-se conseguido demonstrar o valor excecional universal dos valores. Não tinham tido sucesso. Não era comparável o património natural e o património misto que a comissão tentara candidatar com a região do Alto Douro Vinhateiro que era uma paisagem cultural e tudo obedecia a critérios distintos. Mas muito mais que o insucesso da candidatura, era importante destacar o conjunto de informação que se conseguira recolher, o conjunto de vontades, de entidades, de municípios e administração pública que haviam reunido na mesma mesa, vetor determinante no processo que se estava a debater na presente sessão. Exatamente para que a avaliação pudesse ser melhorada e se conseguisse efetivamente um instrumento que daqui a dez anos não se estivesse a discutir se se reviam nele ou não. -----

-----A participação seria útil para que se pudesse verificar quais as regras que haviam sido incapazes de dar resultado e quais aquelas que necessitavam ser melhoradas. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou de seguida a palavra o **Dr. Filipe Cunha** que quis corrigir uma incorreção do seu discurso dado a Sra. Eng^a ter referido que estavam a ser realizados estudos socioeconómicos dos impactos do POPNA no PNA, portanto queria corrigir o seu discurso porque desconhecia este facto.-----

-----Disse depois que se os meios existiam não chegavam porque faltavam meios de fiscalização para as atividades que eram ilegais e que hoje usufruíam do espaço que as atividades que anteriormente eram legais haviam ficado privadas de exercer.-----

-----Concluiu perguntando o seguinte: segundo os resultados do estudo BIOMARÉS que estava em curso, o que é que se propunha para o Parque Marinho Luís Saldanha sabendo da boa evolução que tinha havido na recuperação das espécies, o que é que podia informar mais, poder-se-ia dar uma nota de esperança aos pescadores com uma benesse no alargamento das zonas de pesca, ou a permissão de outras artes?-----

-----A Presidente da AMS alertou que ainda não se estava a discutir o Plano, ainda se estava numa fase de avaliação ou constatação.-----

-----**A Deputada Parlamentar Paula Santos** tomando o uso da palavra disse, relativamente à Candidatura, que o processo em si era um valor em si mesmo, e fora uma experiência muito positiva com o envolvimento de um conjunto de instituições que se tinham agregado no objetivo comum, e julgava que esse era um valor que se devia aproveitar no futuro para se poder concretizar o objetivo – a proteção da Arrábida do ponto de vista ambiental e cultural. A promoção da Arrábida era um aspeto essencial.---

-----O importante agora era prosseguir o trabalho de aprofundamento daquilo que fora feito, e ir mais além nos objetivos genéricos.-----

-----Só o processo de candidatura fora uma vitória e hoje possuía-se um vasto conhecimento de um património da região.-----

-----Também queria referir que não concordava com a afirmação de que existiam mais meios apesar da Sra. Eng^a ter contextualizado na questão socioeconómica que se atravessava atualmente. Hoje, claramente, existiam menos meios e conheciam-se imensos relatos e denúncias de falta de fiscalização que não contribuíam para a salvaguarda do património.-----

-----Fora referido que após 9 anos estava-se a dizer o mesmo por outras palavras e de facto existia o sentimento de indignação por parte da população e por parte das instituições porque na verdade batalhavam e reivindicavam mas não tinham acolhimento pelos responsáveis.-----

-----Existiam responsáveis pela situação que havia levado à realização da sessão extraordinária e isto não podia ficar branqueado no debate. Os responsáveis eram os governos anteriores, do PS que não

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

defendera o que devia fazer e agora vinha reivindicar aquilo que não fizera. O do PSD e CDS que vinham dizer que era preciso fazer mas não fazia.-----

-----Foi dito que o processo de avaliação fora iniciado pelo que esperava que efetivamente desta vez existisse realmente um verdadeiro processo onde a população e as instituições fossem envolvidas e se pudesse ter um melhor POPNA que compatibilizasse os objetivos, a preservação da natureza, a conservação da natureza, a proteção dos bens mas que tivesse em conta a realidade e as necessidades da população.-----

-----A Arrábida era por si um elemento único que tinha em conjugação dois fatores – a natureza e o homem. Ao longo da história uma foi acompanhando a outra e elas eram indissociáveis pelo que era possível construir efetivamente uma solução de Plano que permitisse compatibilizar estes dois vetores.-

-----**A Presidente da AMS** cedeu, em seguida, a palavra ao **Munícipe Mário José** que entretanto solicitara intervir:-----

-----O Munícipe iniciou por cumprimentar todos os presentes e referiu que durante os meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril devia ser possível pescar desde o Forte do Cavalo até ao Cabo Espichel. Eram meses de inverno, por norma com bastante vendaval, e os barcos não se podiam deslocar para determinados locais, nem para a costa norte nem sul.-----

-----O Sr. Deputado **Paulo Simões do Grupo Parlamentar do PSD** referindo-se às intervenções do Público, disse relativamente à pesca, que a avaliação que fora feita na fase de avaliação do Plano em 2004, dois dos vários pontos fracos que eram então apontados eram os seguintes: “*Desfasamento entre a política de conservação e a política de gestão de pesca*” e “*Insuficiente envolvimento das comunidades locais, especialmente as piscatórias, originando resistência à sua implementação*”.-----

-----Portanto já na altura, antes da aprovação do Plano, uma avaliação que o próprio ICN tinha solicitado às Universidades, sendo que uma delas era o Instituto Superior Técnico, apontava como uma das fragilidades a questão da pesca confirmada pelas intervenções do público.-----

-----A questão da pesca era sensível e dizia muito às comunidades de Sesimbra e Setúbal, regiões piscatórias por excelência.-----

-----No que respeitava à intervenção do Cidadão Paulo Caetano, o Deputado Parlamentar referiu que de facto, se outra virtualidade não tivesse, a Candidatura da Arrábida a Património Mundial, duas tinham sido essenciais: dar a conhecer a quem não vivia a Arrábida, que não era só flora e fauna, mas que existiam pessoas que há séculos viviam na Arrábida e permitiram que a Arrábida, apesar de tudo, chegasse ao século XXI com a beleza que ainda hoje a caracterizava; e permitira também voltar a retomar

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pontos de diálogo entre a administração local e central, e de harmonia de trabalho, que pareciam ser essenciais.-----

-----Na sua opinião, a Arrábida a património mundial, não fora uma candidatura derrotada, fora e bem, um passo atrás, que nos permitiria, no futuro, dar dois passos à frente, assim se soubesse interpretar o que os relatórios diziam antes da própria decisão, e permitir também encontrar, neste espaço de diálogo que fora feito entre a administração central, neste caso representada pelo ICNF, e da administração local representada pela AMRS e muito em especial pelas 3 autarquias envolvidas, a necessidade de cada vez mais a gestão da Arrábida ser uma gestão que responsabilizasse e que interpenetrasse estas 3 entidades, porque só assim é que se conseguia conservar o que era nosso, não danificando mas usufruindo.-----

-----Relativamente à pressão urbanística do turismo todos intuíaam que a Arrábida, por mais que fosse permitido, nunca poderia ter condições para turismos de massa ou pressões urbanísticas de massas. Isso estava com certeza fora dos decisores políticos e julgava que também fora das intenções dos operadores económicos porque eles próprios tinham a noção que a Arrábida não tinha características nem condições para isso, mas isso não significava que não se usufruísse da Arrábida e se fizesse criar riqueza que serviria para todos ajudarem a conservar a Arrábida.-----

-----Prossequindo os trabalhos a **Presidente da AMS** cedeu a palavra ao **Presidente da CMS, Augusto Pólvora**, que iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes.-----

----- Referiu que se estava a fazer uma avaliação de todo o percurso do POPNA, nomeadamente após a sua aprovação e publicação em 2005 e importava de facto recuar um pouco a esse período, e ele tivera a honra de poder integrar uma Comissão de Acompanhamento na altura enquanto vereador da CMS na fase final de elaboração e discussão do Plano de Ordenamento de 2005, tendo participado nas várias sessões públicas que haviam ocorrido no Concelho de Sesimbra e entendia que o fizera sempre na tentativa de defender aquilo que considerava serem os interesses legítimos do concelho de Sesimbra e das populações.-----

-----Fora hoje acusado pelo representante do BE de ser uma espécie de agente imobiliário infiltrado nessa Comissão visto que estava lá para defender os interesses imobiliários pelo facto de defender nessa altura, como continuava a defender hoje, uma regra que constava do PDM que eram as chamadas áreas de transição, que permitiam apenas à população residente do Concelho, em determinadas zonas, poder construir habitação própria, e que eram postas em causa pelo regulamento do POPNA na versão que fora aprovada.-----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Eram estas as defesas do imobiliário que fizera naquela Comissão, ou por estar de acordo, na altura, que não se justificaria um alargamento maior do perímetro do Parque da Arrábida para outras áreas mais próximas como chegaram a ser equacionadas, nomeadamente na zona da Azoia, Serra da Azoia, etc. e defendera exatamente porque considerara que não se justificaria alargar o POPNA para áreas que já tinham ocupação urbana. Se isso significava estar a defender os interesses imobiliários, não percebia como é que a seguir se vinha dizer que no atual POPNA existiam muitas áreas urbanas e que essas áreas urbanas deviam desaparecer. Portanto o que se queria era alargar o POPNA para mais áreas urbanas para a seguir as extinguir, não sabia se por implosão, por demolição forçada das casas que lá existiam, porque o dado curioso que existia nas zonas urbanas dentro do Concelho de Sesimbra, quem conhecia o concelho nessa matéria, sabia que 80% ou 90% desses espaços estavam ocupados portanto o que restava para construir nesses espaços eram pequenos espaços que não iam trazer nada de relevante, portanto não existem zonas de expansão previstas dentro das áreas do POPNA e portanto não se entendia esta acusação de que fora alvo.-----

-----Relativamente ao processo de 2005, a CMS não estivera de acordo com o Plano que fora aprovado, nem estivera antes nem depois, não era daqueles que teriam dito que mais valia um Plano mau do que não ter Plano nenhum, até porque no caso da Arrábida havia um Plano, um instrumento em vigor. Dissera esta frase relativamente ao Plano da Lagoa de Albufeira que também tivera oportunidade de acompanhar. Na altura não existia Plano e lembrava-se de ter afirmado que mais valia ter um Plano que não fosse mesmo bom do que não ter Plano nenhum. Agora existia uma revisão que demorara bastantes anos mas felizmente já fora publicada.-----

-----Relativamente ao Plano da Arrábida não tinha essa opinião. A CMS entendera na altura que as propostas que constavam do Regulamento do POPNA, quer em relação a alguns componentes da parte terrestre, quer em relação a muitos componentes da parte marinha, não iam de encontro aos interesses da população do Concelho de Sesimbra, e continuava a manter a mesma opinião, mas como era óbvio, a partir do momento em que um Plano era aprovado, a ele, enquanto autarca, competia-lhe cumpri-lo pura e simplesmente, mesmo que não concordasse com ele, caso contrário incorria em problemas de carácter judicial.-----

-----A primeira questão que queria reafirmar era que a CMS entendia que a própria aprovação do Regulamento do POPNA tinha sido ilegal porque desrespeitara a discussão pública. Tinham sido introduzidas várias alterações ao Regulamento e ao Plano que estivera em discussão pública e que não tinham a ver com discussões levantadas na discussão pública, ou seja, fora a própria tutela da

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

administração que introduzira nomeadamente a supressão das áreas complementares 3, 7 áreas estratégicas que estavam definidas no Regulamento do Parque para a área Terrestre, uma série de alterações na componente marinha, por exemplo uma alteração introduzida para permitir a manutenção da exploração da pedreira da SESIL a uma profundidade muito superior daquela que estava no Regulamento que tinha sido submetido a discussão pública que fixava uma cota máxima para exploração da Pedreira.-----

-----Portanto a avaliação que a CMS fazia hoje em relação a esses aspetos era que se justificava avaliar porque na parte terrestre, verdade seja dito, em relação à componente urbanística não tinham existido alterações substanciais do Plano aprovado em relação ao que estava, com exceção das áreas de transição que haviam sido impedidas de construir pela nova versão do plano. Também não se notara nenhum movimento de opinião da parte dos proprietários desses terrenos que não puderam construir e ele justificava-o pela crise económica e social que se vivia nos últimos anos. Também era um facto que não era opção das populações locais construir habitação própria porque não dispunham de recursos financeiros nem podiam recorrer à banca, portanto julgava que mesmo que fosse permitido construir naqueles terrenos não o fariam por outras razões.-----

-----Já em relação à parte marinha continuava, do seu pondo de vista, a haver muitas reticências em relação à versão que fora publicada. De facto era perfeitamente possível afirmar que aquilo que a população da Azoia estava habituada a fazer no que respeitava à pesca apeada e lúdica junto à costa da Azoia durante gerações haviam sido proibidas em várias zonas de o fazer, apesar da CMS ter defendido que se fizesse um levantamento rigoroso dos pesqueiros que na altura eram utilizados e que se pudesse identificar alguns trilhos que as pessoas usavam há muitos anos e que não iriam agravar nem danificara flora terrestre mas verificara-se uma ausência total de abertura do parque em relação à matéria e as pessoas vinham dizer hoje, com toda a razão, que relativamente aos pesqueiros a fiscalização era rigorosa porque alguns já haviam sido multados, mas em simultâneo verificavam-se as moto quattros, e o mais variado tipo de veículos, não sendo pessoas apeados, a degradar o espaço e paisagem, sem qualquer fiscalização o que denotava lacunas graves.-----

-----O balanço que fazia destes últimos anos era que de facto, existiam áreas em que fora possível fiscalizar como no caso da pesca, porque existiam meios de fiscalização da própria marinha, policia marítima, etc, que também se juntavam à própria fiscalização do Parque que era insuficiente nessa matéria, mas tinha outras meios complementares, na parte terrestre era possível porque se via muitas vezes a GNR a complementar a própria fiscalização do Parque nalgumas matérias, mas desconhecia se

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

durante a vigência do Plano alguma moto quatro havia sido coimado. Bastava ir ao fim de semana à zona da Azoia e verificar as dezenas de pessoas que utilizavam aqueles espaços. Era esta dualidade de situações que deixava as pessoas incomodadas.-----

-----Não atribuía a culpa à administração do Parque nem dos seus técnicos mas sim aos meios insuficientes quer para fiscalizar, quer para fazer uma gestão eficaz do Parque. O Parque até hoje não dispunha de um Plano de gestão para estas zonas, ou seja, não tinha uma carta desportiva, uma carta de fruição da natureza, ou seja, não existiam orientações claras e definidas, não tinha meios de fiscalização eficazes mas existia um conjunto de proibições que se mantinham em vigor.-----

----- Fora extremamente importante, e queria associar-se a essa ideia, o trabalho feito na preparação da Candidatura da Arrábida a Património Mundial da UNESCO, porque permitira a aproximação entre as Câmaras Municipais, os próprios técnicos e os técnicos do ICNF. A forma como se trabalhara em conjunto e não havia duvida nenhuma que essa aproximação era muito importante para limar certas desconfianças e atitudes pré-concebidas que existiam, e isso era um ativo que podia ser muito importante para esta revisão do POPNA. -----

-----Os dados que tinha hoje objetivamente, na parte da pesca, para além da questão da pesca apeada, na parte da pesca profissional, o que existia hoje era que em 2006, no ano imediatamente a seguir à aprovação do Plano, existiam 112 embarcações até 7 metros e a maioria eram as conhecidas aiolas que estavam autorizadas a pescar no Parque e em 2013 existiam 63, ou seja, em 6 anos reduzira-se para metade, as embarcações de pesca autorizadas a pescar no parque marinho. Em nº de licenças em 2006 existiam 293 e em 2013 existiam 186. A redução não era na mesma percentagem mas era uma redução muito substancial.-----

----- Isto significava, tal como dissera na altura, que se procurara impor restrições que a lei da vida havia de resolver, porque muitos pescadores acabaram por ir para a reforma, outros por opção económica abandonaram a pesca e o problema era que o regulamento do parque só permitia que as licenças transitassem para os herdeiros diretos, se não existirem filhos ou se os filhos não viverem da pesca não existia possibilidade da licença transitar para outra pessoa e ele pessoalmente achava que esta matéria devia ser reavaliada na Revisão do POPNA, até porque a pesca que era feita nas aiolas que haviam sido um dos elementos importantes no processo de Candidatura como ícone das pequenas embarcações de pesca na zona da arrábida, se se queria preservar as aiolas, tinha que ser feita alguma coisa, porque a este ritmo, daqui a 10 anos, existiriam 10 aiolas a pescar na área do Parque Marinho.----

-----Era importante reavaliar se algumas das restrições que haviam sido feitas às artes de pesca se se

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

justificavam hoje em dia. Optara-se por restrições que seriam mais fáceis de fiscalizar e não em função da carga que essas artes de pesca tinham sobre a pesca. Não existiam restrições ao número de covos que eram utilizados, mas não se podia pescar à linha dentro das áreas de proteção parcial. Custava a entender esta comparação para quem conhecia alguma coisa de pesca, porque a pesca a linha era muito menos predadora que outras artes. Os pescadores na altura haviam feito várias propostas mesmo em relação às redes onde era proposto redes escaladas que apenas pescassem entre o pôr-do-sol e o nascer do sol do dia seguinte e depois fossem recolhidas. Foram feitas reuniões, inclusivamente com o Secretário de Estado da altura, Humberto Rosa, que ele acompanhara em várias reuniões, e as propostas não haviam sido aceites, haviam sido incluídas na discussão pública mas não foram aceites. Portanto julgava que era o momento de rever um conjunto de matérias em relação à pesca, na defesa desta atividade económica importante. Mesmo em relação a embarcações maiores era importante reavaliar se de facto, nalguns períodos do ano, não se justificaria que a determinada distância da Costa, pudesse haver alguma pesca mesmo para as embarcações maiores que 7 metros porque era uma área protegida. O último munícipe que interviera possuía uma embarcação com mais de 7 metros e por isso não podia pescar na área do Parque. Propostas que na altura haviam sido feitas, por exemplo, de criação de uma zona tampão fora da área do Parque onde apenas os pescadores de Sesimbra e Setúbal pudessem pescar. Na altura foram equacionadas e depois haviam sido simplesmente abandonadas. Esta poderia ser uma forma de privilegiar os pescadores que não podiam pescar no Parque que na zona imediatamente confinante, fora do Parque, tivessem algum privilégio dado terem visto negada a pesca numa área da sua localidade. -----

-----Na altura haviam sido prometidos complementos económicos e sociais para os pescadores abrangidos pelas restrições e até hoje não haviam recebido qualquer compensação com o argumento de que não era da área do ordenamento e que era da esfera da segurança social ou da ação social. Mas o que era certo era que as restrições tinham ficado, os impedimentos tinham ficado, e as tais compensações nunca vieram a ter lugar. -----

-----Para concluir disse que entendia que tendo sido aprovado em 2011 na AR recomendações no sentido de se avançar para a revisão, parecia-lhe que ao fim de 3 anos, e fora dito que no último trimestre se avançara com a avaliação do POPNA, achava que fora um tempo excessivo. Sabia que o ICNF estivera numa grande revolução nos últimos tempos com a entrada das florestas, e ele esperava que essa entrada dotasse o ICNF de meios para fazer aquilo que não conseguira fazer nestes anos todos, apesar da situação económica do País também ser hoje pior do que era há alguns anos atrás, mas esperava sinceramente que isso fosse verdade. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Pensava que tinha sido tempo demasiado e tinha algumas dúvidas que a nova legislação, que ia agora servir de enquadramento à revisão do Plano Especial, que agora seria um Programa Especial, não trouxesse algumas complicações adicionais. A nova legislação dos solos, uma das poucas coisas positivas, na sua opinião, era que tudo se refletisse nos PDM's, para evitar que as pessoas tivessem que consultar 10 planos para saber o que é que se podia fazer. -----

-----Já relativamente a outros preceitos tinha algumas dúvidas quanto à sua eficácia, nomeadamente como é que ia ficar o Parque Marinho naquele processo porque a parte terrestre ia-se traduzir no PDM mas como era óbvio o PDM não incluía área marinha, portanto perguntava como é que ficariam as obrigações para os particulares que passarão para o PDM porque o Programa especial deixaria de ser vinculativo para os particulares, seria vinculativo apenas para a administração, como é que se traduziriam os aspetos vinculativos para os particulares na parte do Parque Marinho que não era traduzível no PDM.

-----**A Presidente da AMS** agradeceu a intervenção do Presidente da CMS deu de seguida início às intervenções dos Grupos Municipais pela Ordem inversa á do início da sessão. -----

-----Deu assim a palavra ao **Líder do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, José Guerra:** -----

-----*“Passou uma década sobre a apresentação e publicação do POPNA, e tal como prevíamos e denunciámos nessa altura, o POPNA não resolveu nem minimizou nenhuma das ameaças conhecidas e identificadas à data da sua aprovação. Nalguns casos até as agravou, sendo que alguns dos efeitos decorrentes da concretização dessas ameaças sejam hoje, infelizmente irreversíveis.* -----

-----*Apenas a título de exemplo, deve aqui ser assinalado que hoje as embarcações de pesca a operar na zona do PNA, são hoje sensivelmente metade. E isso foi o resultado da opção, latente no regulamento atual, de exterminar a mais característica atividade humana nesse território marinho. Em termos sociais, económicos e culturais para uma vila como Sesimbra, os efeitos são arrasadores e em certa medida irreversíveis.* -----

-----*Se alguma dúvida subsiste sobre a veracidade destas afirmações, basta uma leitura dos relatórios da Unesco, sobre a candidatura da Arrábida a Património Mundial, para perceber que uma parte dos problemas por nós identificados na altura se mantém atuais e estão na base do chumbo de uma candidatura, que infelizmente estava votada ao insucesso.* -----

-----*Independentemente do apuramento das responsabilidades de quem promoveu, montou e dirigiu esta candidatura de trágico desfecho, há que refletir sobre os erros do passado que são claramente descritos e tipificados no fundamentado e insuspeito relatório dos peritos da Unesco.* -----

-----*O relatório da Unesco deveria constituir um verdadeiro roteiro para a revisão do Plano de*

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Ordenamento. Quase tudo está lá escrito, sobre as consequências dos erros do passado e das responsabilidades daqueles que no poder central e nas autarquias geriram o território e as políticas de ordenamento; -----

-----1. A inexistência de uma estratégia integrada na proteção e gestão da área protegida – regulamentada no POPNA; -----

-----2. A diluição de responsabilidades por diferentes entidades que não se articulam; -----

-----3. O desconhecimento que essas entidades públicas, incluindo o poder autárquico, tem da realidade no terreno; -----

-----4. As desajustadas políticas de ordenamento e proteção das áreas naturais no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável da região onde se inserem. -----

-----Para produzir um verdadeiro Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, ou no mínimo para rever o existente, seria necessário: -----

-----1. Produzir os estudos técnicos e científicos que produzam o retrato atualizado e rigoroso do território. -----

-----2. (Os documentos técnicos e científicos, quando existiram e que sustentavam o POPNA, já estavam desatualizados há data da sua publicação, alguns com mais de 20 anos!) -----

-----3. Conhecer a realidade do estado da fauna e flora (terrestre e aquática) -----

-----4. Executar o levantamento da divisão fundiária e do edificado -----

-----5. Promover o estudo demográfico comparado e sua evolução, nomeadamente quanto à ocupação humana, atividades económicas, evolução etária e população autóctone. -----

-----6. O estudo sobre o impacto nos últimos anos das atividades perturbadoras, como são as descargas do estuário do Sado, a Cimenteira, as extrações de inertes, ou as áreas de construção densificada existente e a edificar na envolvente do PNA. -----

-----7. A revisão integral da classificação dos solos, há luz da fundamentação técnica e científica produzida, e seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável. -----

-----8. A anterior classificação dos solos foi feita sem qualquer rigor científico, resultante de negociações, para satisfazer compromissos, nomeadamente sobre interesses imobiliários como loteamentos ou legitimando anteriores usos abusivos do solo natural. -----

-----9. A eliminação das áreas urbanas dentro do PNA, criadas no POPNA vigente, visando impedir a possibilidade de loteamentos ou de pressão imobiliária; -----

-----10. Limitar a 10 anos a atividade da exploração de inertes e cimenteira e regulamentar a imediata

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

recuperação ambiental e paisagística das zonas afetadas. -----

-----11. Levantamento das atividades humanas, usos, costumes e tradições a fim de se registar e salvaguardar a herança cultural e património cultural imaterial da Arrábida. -----

-----Tudo isto deverá ser executado com o apoio da comunidade científica e académica de forma livre e independente, garantindo um resultado técnico e cientificamente fundamentado, livre de pressões e de interesses de qualquer origem. -----

-----Deverá ser promovido um projeto abrangente de governança colaborativa (por exemplo experiência do MARGOV) de toda a área protegida, envolvendo as populações residentes, proprietários, agentes económicos, entidades culturais e ONG,s e estabelecer um verdadeiro órgão consultivo para a discussão e decisões sobre o futuro do PNA e sobre as formas de gestão e controlo do mesmo. Sendo decisivo que as decisões articuladas num órgão de governança com estas características, deveriam ser vinculativas. -----

-----Finalmente o novo POPNA deverá submeter todos os planos de ordenamento da região obrigando a alterações em tudo que colidir com o nele estabelecido. -----

-----Nesse sentido, era exigível que a bem da defesa deste território em todas as suas vertentes ecológicas, sociológicas e culturais existisse a coragem política para revogar os planos de ordenamento parciais produzidos ao longo dos últimos anos e que não se articulam com o fim de defesa e salvaguarda do Parque Natural da Arrábida. Não faz qualquer sentido manter planos de pormenor produzidos ao arrepio daquele que devem ser os planos estratégicos de ordenamento do território de toda esta região. A saber, a nova geração de Planos Diretores Municipais que está a ser desenvolvida pelas diversas autarquias e um novo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Devem ser os novos PDM's e o novo POPNA a ditarem a orientação estratégica destes territórios e não os planos de pormenor, aprovados a granel num contexto de expansão imobiliária que já não existe, a condicionar a revisão desses planos. -----

-----Como esta é uma definição política, é este o fórum correto para apelar a todas as forças aqui representadas, sem exceção e sem rancores, que se unissem para que Sesimbra dê o exemplo e promova a inflexão necessária nas políticas de ordenamento do território. -----

-----Neste contexto, é imprescindível que os órgãos políticos do concelho tenham a coragem de revogar Planos de Pormenor como os previstos para as zonas da Mata de Sesimbra Sul e Norte, que estão nas antípodas de tudo o que é defensável e recomendável para este território, como veio comprovar os relatórios técnicos da UNESCO no chumbo da candidatura da Arrábida a património Mundial." -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** cedeu de seguida a palavra ao **Líder do Grupo Municipal do MSU, Miguel Ribeiro:**-----

-----“Boa Noite a todos -----

-----*Exmo. Senhor Presidente Câmara Municipal de Sesimbra*-----

-----*Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra* -----

-----*Exma. Senhora Vereadora e Srs. Vereadores* -----

-----*Caros Colegas Municipais*-----

-----*Exmo. Senhor Deputado e Sras. Deputadas da Assembleia da República* -----

-----*Restantes Convidados* -----

-----*Representantes da Sociedade Musical Sesimbrense a quem renovamos os nossos parabéns* -----

-----*Srs. Pescadores e Associações representativas dos Pescadores*-----

-----*Srs. Representantes da Comunicação Social*-----

-----*Sesimbrenses*-----

-----*Meus Srs. e Minhas Sras.*-----

-----*Em primeiro lugar gostaria de me congratular quanto a líder municipal do Movimento sesimbra unida a realização de um debate temático relacionado com esta matéria que tanto interessa a nós sesimbrenses que é a Revisão do POPNA.*-----

-----*Eu começaria com uma frase que não é minha mas que reflete em muito o sentimento dos sesimbrenses: “A primeira condição para o sucesso de um parque natural é que as populações da área compreendam a importância científica e cultural de meio onde vivem, se orgulhem dele, e sintam o desejo de o defender”. Eu creio que todos nós nos identificamos com esta frase. O Parque Natural da Arrábida como qualquer Parque deve acima de tudo, procurar estabelecer uma relação positiva com as populações e diversas entidades, públicas e privadas, na certeza que a sua participação ativa é uma condicionante indispensável para o desenvolvimento sustentável destas áreas, caso contrário, por muito boa que seja a gestão e monitorização dessas áreas, dificilmente serão respeitadas por essas populações e comunidades. Ora uma das críticas que frequentemente tem sido apontada ao POPNA prende-se com a falta de consideração pela participação pública e envolvimento das populações e demais agentes que se verificou na sua génese mais concretamente na fase de discussão pública e aprovação do POPNA e que culminou com a aprovação da resolução do Conselho de Ministros nº 141/2005, de 23 de agosto. De facto aquando da fase da discussão pública, a preocupação manifestada pelo governo de proteção dos recursos naturais, em especial reservas de pesca, não foi acompanhada de uma audição séria das comunidades locais, o*

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

resultado, e aqui deixaria um aparte, normalmente quem faz as leis pouco ou nada ouve quem melhores conhecimentos tinha das matérias, e isto é uma situação que se repete constantemente e que tinha de acabar urgentemente. -----

-----O resultado foi a aprovação de um Plano de Ordenamento altamente lesivo para o interesse das populações, com especial enfoque nas limitações à pesca artesanal. Um Plano que não tem em conta as várias condicionantes humanas estava á parida condenada ao fracasso, refletindo-se de forma negativa no processo de execução que se seguiu. O Parque Marinho Luís Saldanha correspondente à área marinha do PNA veio limitar a pesca em Sesimbra e a sua implementação traduziu-se na obrigatoriedade reforçada de licenças de pesca, limites de captura, limitação dos dias em que se pode pescar, diminuição dos preços de comercialização, aumento dos custos de produção, maior necessidade de organização. ----

-----Sendo a pesca uma atividade económica estrutural e que faz parte da identidade de Sesimbra. Os efeitos das restrições do Parque Luís Saldanha são muito negativos para quem tem no mar o seu ganha-pão. Muitas das restrições que foram trazidas por este Plano de Ordenamento já foram aqui amplamente referidas quer pelos nossos convidados quer pelo Sr. Presidente da CMS, quer pelas pessoas que já intervieram nesta sessão e são questões prementes que devemos ter em conta e devem ser contempladas na revisão que vai ser feita esperemos a breve trecho, do POPNA.-----

-----Perante a manifesta incapacidade de envolver as populações na fase de aprovação do POPNA, dificilmente se alcançaria uma gestão e fiscalização pacífica nestes 9 anos de aplicação do regulamento. Por outro lado, o compromisso assumido de revisão do POPNA e de realização de um estudo de avaliação do impacto das medidas de restrição, após 3 anos de implementação não foi cumprido. Circunstância que tem afastado, ainda mais, as comunidades locais. Mudaram os partidos no Poder e as políticas, alteraram-se os alvos das críticas mas a verdade era que tudo se mantinha na mesma quanto à esperada revisão do POPNA. O que mais surpreende é que ao fim de todo este tempo ainda se argumento que não há uma urgência absoluta neste processo de revisão. Eu como sesimbrense não aceito que se diga que não é urgente mudar o que está errado e permitam-me o desabafo estes anos têm sido uma autêntica canção de embalar com promessas políticas não cumpridas. -----

-----Acresce que o POPNA, à semelhança de todos os programas e planos territoriais deveria definir parâmetros e indicadores que permitissem monitorizar a respetiva estratégia e objetivos e resultados da sua execução mas isso não aconteceu. -----

-----A avaliação de implementação do POPNA anunciada pelo ICNF em Março de 2014, ou seja, 9 anos após a entrava em vigor da tal resolução do conselho de Ministros é a prova viva da completa ausência de

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

estratégia de planeamento, organização e rigor na execução do POPNA por parte das entidades governamentais responsáveis. Então é ao fim de quase uma década que se pensa numa avaliação séria sobre a eficácia das medidas de conservação que foram tomadas? E do impacto que essas medidas têm tido nas populações e nas atividades desenvolvidas por essas populações designadamente a pesca? É uma questão que eu coloco. -----

-----Eu como advogado dissesse a um cliente meu que só no fim do processo é que lhe dava satisfação do que estava a acontecer, o que é que aconteceria? Esse cliente procuraria certamente outro advogado.

-----Ao nível do Parque Marinho Luís Saldanha seria do interesse de todos, em especial dos pescadores saber como evoluiu em quantidade e em peso as espécies residentes como evoluiu em quantidade e em peso por espécie as capturas. Seria importante saber como evoluiu em nº e dimensão os barcos a operar e como evoluiu em idade e experiência os pescadores em atividade. -----

-----Não menos importante seria apurar qual o efeito das restrições impostas ao nível do desenvolvimento e das atividades de grande potencial regional de lazer e turismo, ou seja, aquilo que já fora referido, um estudo abrangente e integrado, só assim valerá a pena apresentar propostas para o futuro fortemente sustentadas e equilibradas e por isso mais facilmente aceites pelas populações, associações e agentes económicos, pois se é para existir uma política estritamente focada na preservação da natureza e que não aposta no desenvolvimento sustentável, continuamos a ter um plano sem exequibilidade prática e condenado ao fracasso. -----

-----Certamente ninguém quer ver um Parque natural como um museu. O desenvolvimento sustentável do PNA apenas pode ser assegurado se se verificar uma confluência de factores, impondo nesta sede chamar à coação o estudo levado a cabo pela Dra. Cristina Barbosa, do centro de estudos Geográfico da Universidade de Lisboa, e pela Dra. Isabel Domingos, da Câmara Municipal de Tavira que aborda a realidade do PNA. Em 1º lugar impõe-se a criação de um quadro legislativo moderno e que se adequa à realidade. Já aqui foi falado da entrada em vigor da Lei nº 31/2014, referente à Lei de Base Gerais da política pública de solos de ordenamento do território e urbanismo pelo que não me vou alargar mais na matéria. Em 2º lugar destacaria a necessidade de articulação entre os diversos instrumentos de ordenamento do território sendo certo que esta lei veio reforçar a necessidade de uma maior coesão entre os vários instrumentos de ordenamento do território como o Plano Diretor Municipal. Naturalmente que partilhamos a dúvida e a preocupação manifestada pelo Presidente da CMS relativamente ao Parque Marinho. -----

-----O 3º factor de confluência passa pela integração do Ambiente nas atividades económicas e sociais

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pois não é possível estas duas realidades andarem de costas voltadas, para tal é fundamental que o governo promova uma atuação concertada dos vários agentes e entidades com competências nessas áreas e deste modo conseguisse uma abordagem integrada dos problemas ambientais. A grande dispersão de competências por várias entidades públicas que se tem verificado torna o trabalho de fiscalização um campo minado em que reina a cultura da desresponsabilização. Ao nível do PNA seria desejável a recuperação paisagística das pedreiras através da recuperação e qualificação dessas áreas sem deixar de considerar os interesses económicos instalados assim como a criação de planos de gestão adequados destas 2 realidades. A falta de uma gestão equilibrada e fiscalização eficaz do PNA levou e tem levado a uma progressiva degradação e a um desaproveitamento de um património que se pensou que poderia ser da humanidade mas que no fim de contas acabou por se reduzir a património órfão de reconhecimento internacional e de periclitante relevância turística. -----

-----Em 4º lugar é evidente que um Plano de desenvolvimento do Parque Natural da Arrábida terá que assentar na aposta que se deve fazer num turismo ambiental e sustentável. Existem muitas formas de fazer um turismo amigo do ambiente. O turismo é uma fonte de pressão e conflito, também já aqui fora referido, na medida em que a proximidade da capital, faz com que este seja um local de eleição para a população que trabalha na grande Lisboa sem esquecer a grande afluência de turistas estrangeiros em Sesimbra que são certamente um incentivo para todos os agentes económicos e autárquicos enquanto soluções do lado da oferta. -----

-----O 5º factor a ter em conta consiste na educação ambiental dos vários intervenientes no processo. -----Por fim, o sexto ponto de confluência traduz-se na reafecção dos recursos humanos, técnicos e financeiros, meios suficientes ao sector do ambiente. -----

-----Todos concordarão na necessidade de gerir o PNA de que faz parte o Parque Marinho Luís Saldanha, mas para que isso seja uma realidade é imperativo assegurar um equilíbrio entre a proteção do património natural, a proteção do existente e das necessidades das populações. Na busca desse equilíbrio urge proceder a uma monitorização e avaliação rigorosa da adequação e do grau de execução do POPNA no sentido de determinar com segurança e com rigor técnico-científico se as medidas de restrição saídas do Plano de Ordenamento se adequam à realidade e quais as medidas que deverão ser abandonadas e as que deverão ser tomadas tendo em vista o tal equilíbrio a que anteriormente nos referimos. -----

-----É igualmente necessário uma política de reabilitação de edifícios históricos e uma política ambiental mais forte com prioridades definidas com uma gestão mais eficaz e mais centrada nas realidades nacionais e não tão dependente dos impulsos externos. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Deixaria aqui uma nota final, o ambiente continua a ser o parente pobre e continuamos a olhar para o que vem de fora em vez de olharmos para nós próprios. -----

-----O MSU está disponível para em conjunto com as associações representativas dos pescadores e demais entidades ligadas aos sectores económico e turístico e com as entidades governativas locais de se debater pelos interesses das comunidades de Sesimbra e por um Plano de ordenamento do PNA mais equilibrado e que privilegie verdadeiramente o desenvolvimento sustentável da região e o bem-estar das populações. Para nós, os sesimbrenses estão em primeiro lugar.”-----

-----A **Presidente da AMS** cedeu de seguida a palavra ao **Líder do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP, Lobo da Silva:**-----

-----“Boa Noite-----

-----Exmo. Senhor Deputado e Sras. Deputadas da Assembleia da República-----

-----Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra-----

-----Exmo. Sr. Secretário e Sra. Secretária-----

-----Exmo. Senhor Presidente Câmara Municipal de Sesimbra-----

-----Exma. Senhora Vereadora e Srs. Vereadores-----

-----Exmo. Senhores Deputados Municipais-----

-----Exmos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias do Concelho-----

-----Exmos. Senhores Convidados-----

-----Comunicação Social-----

-----Sesimbrenses-----

-----Em nome do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra as nossas Saudações.-----

-----O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA) foi aprovado em 2005 e veio impor um conjunto de limitações na área de influência, nomeadamente na limitação à atividade piscatória no Parque Marinho Luís Saldanha.-----

-----Relembramos que este Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), atualmente em vigor, foi aprovado em Agosto de 2005 e com o compromisso do Governo de então revê-lo passados 3 anos.-----

-----Desde 2002 que o PPD/PSD, face à maneira como este plano estava a ser concebido e considerando os diversos avanços e recuos percebeu que iria originar numa enorme confusão. Face a tremenda confusão alertou e mostrou-se contra este Plano. Poderão constatar pelas declarações de voto produzidas pelo Vereadores na Câmara Municipal de Sesimbra.-----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não somente nos órgãos Autárquicos o PPD/PSD tem-se mostrado contra este Plano, também na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PPD/PSD nomeadamente os Deputados eleitos pelo Circulo de Setúbal sentem-se incomodados com a falta de avaliação e revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida alertando Administração Central para a necessidade urgente da revisão do POPNA. -----

-----Além das Forças Políticas Locais, também a Sociedade Civil Sesimbrense e nomeadamente os Pescadores e seus representantes se têm insurgido contra este Plano e têm lutado pela sua revisão, resistindo sempre às condições económicas e sociais que este plano trouxe a sua vida quotidiana. -----

-----Este Plano sempre foi contestado por inúmeras entidades, associações e cidadãos dos Concelhos de Setúbal, Sesimbra e Palmela, sem que os diversos Governos tomassem em consideração quaisquer opiniões e sugestões. -----

-----Volvidos estes anos subsistem as críticas, quer ao conteúdo do POPNA, quer à sua execução, reclamando as populações, organizações não-governamentais e especialistas uma melhor gestão dos recursos naturais, fiscalização mais eficaz, efetivo diálogo com a população e agentes económicos, tudo se traduzindo em mais proteção do património natural da Arrábida, a quem Sebastião da Gama, o poeta da Arrábida, chamava Serra Mãe. -----

-----À crítica da falta de consideração pela participação pública e envolvimento das populações e dos agentes interessados na fase de discussão pública e aprovação do POPNA, vieram a somar-se as críticas às falhas no seu conteúdo e na sua execução. -----

-----Por outro lado, a multiplicidade de entidades com funções de fiscalização - ICNF, autarquias, SEPNA, APSS, a Administração Regional Hidrográfica e Polícia Marítima – não raramente resulta em desresponsabilização generalizada dos organismos e sobreposições de competências que resultam em falhas na fiscalização. -----

-----Não devem restar dúvidas sobre a importância do Parque Natural da Arrábida, da sua proteção eficaz, da sua valorização e do seu aproveitamento sustentável. Nem sempre é fácil, mas é possível e desejável, encontrar uma relação de equilíbrio sustentável entre a proteção do património natural, das necessidades das populações e do desenvolvimento económico regional, onde a pesca, a agricultura e o turismo também tenham lugar. -----

-----Esse equilíbrio sustentável não está hoje encontrado, nem realizado, no Parque Natural da Arrábida. Tal só será possível num processo de participação e envolvimento dos agentes interessados, pois só assim esta região poderá vir a ser fonte de riqueza e de criação de emprego. -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A valorização dos seus recursos naturais e a sua gestão sustentável terá de ser vista como uma verdadeira oportunidade de desenvolvimento da região. -----

-----Contudo, antes de se decretarem soluções não precedidas de uma análise prévia e para que se possa seguir uma rigorosa revisão do Plano de Ordenamento, deve realizar-se primeiro uma monitorização e avaliação rigorosa da adequação e do grau de execução do POPNA. -----

-----Importará também avaliar os compromissos entretanto assumidos pelas entidades públicas e definir orientações políticas claras que visem a redução progressiva das atividades de extração de inertes.

-----O PPD/PSD sempre esteve, está e estará ao lado da Sociedade Civil e mais concretamente com a População Piscatória Sesimbrense. -----

-----É Urgente que se inicie Avaliação e Revisão deste Plano. -----

-----Alertamos que esta Revisão deverá tomar em consideração as diversas opiniões dos mais diversos agentes económicos. Que se contemplem medidas que possam proteger e valorizar o nosso Concelho e que não se vise somente atitudes de ineficácia e negligência que ferem a dignidade das pessoas e resultam em impactos económicos negativos para a Comunidade Sesimbrense.” -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** leu de seguida a Justificação de Voto dos Vereadores do PSD da Câmara Municipal de Sesimbra produzida na reunião de CMS de 3/7/2002, ou seja há 12 anos e 8 dias:

-----“Somos por princípio a favor de todas as medidas que possam proteger e valorizar o nosso concelho. -----

-----No que diz respeito ao Parque Natural da Arrábida estamos na generalidade de acordo com o teor do parecer entregue pelo representante da Câmara Municipal de Sesimbra na reunião da Comissão Técnica. -----

-----Apesar de nos encontrarmos ainda numa fase de apreciação dos documentos, alertámos todavia para duas situações. A primeira das quais relacionada com a fiscalização: de que serve ter uma boa Lei se depois na prática não a conseguimos aplicar? No presente caso de que servirá todo o Regulamento se se continua a fazer caça submarina noturna? De que servirá todo o Regulamento se continuarem as descargas poluentes em toda a área? De que servirá o presente Regulamento se continuarem os barcos ilegais a arrastarem junto à costa? De que servirá o presente Regulamento se os agricultores da área do Sado usarem cada vez mais herbicidas que com as chuvas escorrem e causam danos irreparáveis à flora e fauna marítima? Sem fiscalização rigorosa e atuante no Parque Natural não servirá para coisa nenhuma e para isso alertámos na Reunião da Câmara. -----

-----A segunda situação terá de ver com o conteúdo do Regulamento em si que poderá pontualmente

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pôr em causa a sobrevivência da nossa classe piscatória já irremediavelmente afetada com o cessar do acordo de pescas com Marrocos. -----

-----Defenderemos até às últimas consequências os pescadores de Sesimbra.” -----

-----A Presidente da AMS cedeu de seguida a palavra ao Líder do Grupo Municipal do PS, Manuel José Pereira:-----

-----“Sra. Presidente da AM-----

-----Sr. Presidente da câmara e Vereadores -----

-----Caros colegas da AM-----

-----Caras e caros oradores convidados -----

-----Entidades locais associativas ligadas à Pesca, e outras Pescadores -----

-----Representantes do ICNF / PNA -----

-----Direção da Sociedade Musical Sesimbrense-----

-----Representantes dos OCS -----

-----Caras e caros Munícipes -----

-----Em meu nome pessoal e em nome do Grupo Municipal do PS as nossas saudações e um agradecimento especial aos nossos convidados e à Sociedade Musical Sesimbrense (100 anos)-----

-----Quando colocada esta matéria na 1ª linha de interesse de análise e avaliação do tema, para nós, Partido Socialista, a ideia principal que presidiu à realização desta AM temática sobre o Plano de Ordenamento do PNA, com especial incidência no Parque Marinho Luís Saldanha, ficou a dever-se essencialmente ao facto de, passados quase 10 anos sobre a sua vigência ser absolutamente necessário e urgente proceder à sua Revisão. É isso que, de uma forma abrangente e em uníssono, os Grupos Políticos, os profissionais, as entidades associativas, registam como uma necessidade premente, em suma, toda a comunidade sesimbrense reclamará seguramente da necessidade desta revisão.-----

-----O modelo de organização dos trabalhos de hoje deixa claro que, para os autarcas locais, a base de sustentação da discussão deste tema, passa inevitavelmente, pelo confrontar as autoridades políticas centrais, de cuja iniciativa dependerá exclusivamente pôr em marcha este processo, quer com a necessidade da sua efetivação urgente, quer com os moldes em que a mesma há-de decorrer.-----

-----Porque existe também um consenso muito grande de que terá que ser um processo em moldes substancialmente diferentes dos iniciais, ou seja em que os principais intervenientes e os destinatários das medidas a tomar tenham um papel ativo, inclusivo e interveniente. Por uma razão muito simples: a importância da experiência de décadas de trabalho, a capacidade de inovação, o domínio prático sobre o

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

processo tecnológico de tão importante atividade dá aos profissionais da Pesca Local e Artesanal um conhecimento e uma sabedoria que devem ser devidamente consideradas, tornando-os pares com os técnicos, cientistas, investigadores, encarregues de desenvolverem o trabalho. -----

-----Os anos que passaram, os estudos e avaliações que foram sendo realizados, as experiências no terreno da aplicação do Plano, terão que ser levados em conta na sua Revisão. Mas, acima de tudo, não se pode decidir o que quer que seja sem a opinião dos seus principais atores! -----

-----Aliás, a avaliação era o enfoque principal do Projeto de Resolução de 2011 do PS, o qual talvez por ser o mais completo acabou por ser um dos reprovados....-----

-----Como o volta a ser agora (a avaliação), em que com a aproximação do fim da legislatura e sem que o governo diga nada, o PS volta a propor a votação de novo Projeto de Resolução, que deu entrada esta semana. -----

-----Existem vários trabalhos avulsos, mas efetivamente um trabalho que fosse apresentado pela direção do PNA à comunidade, explicando por a+b os benefícios do POPNA de 2005 até agora para as espécies, nada existe. -----

-----Sugerimos mesmo que sejam disponibilizadas on-line. -----

-----Nomeadamente respondendo claramente às perguntas, pedidos, requerimentos e outras questões que entretanto foram colocadas pelas várias Associações locais e regionais. -----

-----E porque não falarmos mesmo de cogestão do parque? É uma ideia que me dizem tem sido muito trabalhada no MARGOV, que assenta exatamente em mudar da estratégia de "cima para baixo" para uma responsabilidade partilhada. -----

-----Mas falar da Revisão do POPNA é também falar de: -----

-----Fiscalização; Turismo; Economia do Mar... e Desenvolvimento sustentável. -----

-----Também não podemos dissociar o facto dos impactos mais fortes terem coincidido com o período de maior crise!...-----

-----A sustentabilidade das nossas pescas (mais artesanais e locais) implica desde logo termos garantias de que haja peixe, e acessível na plataforma continental! É esta a lógica do Parque. Ou melhor dito, devia ser! A ser assim então os pescadores de Sesimbra decerto que aceitam e acreditam nesse projeto. Que tem que ser SEU!!-----

-----Na nossa baía e nos nossos mares, um dos problemas principais é despouir as zonas estuarinas do Sado e do Tejo, para que as nossas maternidades, da baía de Sesimbra à Lagoa de Albufeira voltem a ter vida e a ser férteis. Isso está a ser feito? Com que resultados? São estas respostas que o POPNA, o Parque

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

e as autoridades que o gerem têm que dar. -----

-----A Pesca de Sesimbra sempre foi contra os arrastões costeiros e outras formas predadoras da pesca. Aliás, os primeiros, há muitos anos atrás, a falar em Reserva Marinha e em sustentabilidade das pescas, foram mesmo os Pescadores e as entidades ligadas ao Mar de Sesimbra. Lembram-se muitos dos aqui presentes que era uma discussão que no 25 de Abril já estava em marcha. -----

-----A Pesca de Sesimbra respeita o ambiente, e o Concelho, no seu todo, também já provou saber ir conseguindo preservá-lo de forma sustentável. -----

-----Outro aspeto importante é a Política Comum de Pescas, cujos mecanismos terão que ser inclusivos em relação aos pescadores, nomeadamente trabalhando para que seja cada vez mais um elo, o mais forte, da cadeia de comercialização. -----

-----A preservação do ambiente é condição essencial à qualidade de vida, mas a sustentabilidade da vida humana, as suas atividades económicas, sociais, culturais, as suas tradições, também são parte integrante deste grande ecossistema. -----

-----Sesimbra tem uma parte substancial da sua área, quer terrestre, quer marítima, em Parque Natural, o que aliás deve ser um orgulho para todos nós, e não uma razão de queixa como por vezes parece. -----

-----São conhecidos enormes obstáculos a todas estas atividades, por força das normas de ordenamento, desde logo na pesca, mas também na área da construção, da indústria ou mesmo da agricultura e de simples atividades lúdicas e turísticas, cuja sã convivência com o ambiente e com o bom ordenamento devia ser o principal objeto dos planos.-----

-----Não poucas vezes a sensação que nos fica a todos é que os planos são feitos para criar obstáculos em vez de constituírem eles próprios um incentivo à capacidade de gerar recursos e rendimentos tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico das populações e das comunidades. Veja-se por exemplo, em área tão importante como a energia, os estudos para a produção eólica na zona do Espichel, cujo potencial quer por via da substituição de fontes energéticas quer por razões económicas, devia ser acarinhado em vez de liminarmente recusado... Como ainda a desmobilização e o afastamento da população mais jovem das suas aldeias de origem pelas limitações impostas à construção de habitação própria. -----

-----Estando a decorrer o processo de revisão do PDM, é importante que as áreas concelhias abrangidas pelo POPNA tenham uma particular abordagem, nomeadamente, deveriam ser estudados com grande pormenor os aglomerados urbanos aí localizados.” -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A **Presidente da AMS** cedeu de seguida a palavra ao **Líder do Grupo Municipal da CDU, Alain Monteiro**:-----

-----“O grupo municipal da CDU não tem qualquer dúvida quanto à importância e à necessidade da existência do plano de ordenamento do parque natural da arrábida (POPNA), como instrumento para o ordenamento do território e para a conservação da natureza e cujos objectivos pretendem assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos, culturais e enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, bem como as atividades de recreio e turismo com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada. O que o grupo municipal da CDU não compreende é a imposição de um plano de ordenamento que contraria os seus objectivos de base, colocando em causa o bem-estar das populações com as implicações que tem tido ao nível económico, social, cultural e ambiental. -----

-----O POPNA, como certamente estarão lembrados, foi aprovado com a publicação da Resolução de Conselho de Ministros nº 141/2005, de 23 de Agosto. Foi contestado por autarquias, associações, entidades representativas dos pescadores e população dos Concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra. Porem, o governo de então, de forma surda e prepotente, não promoveu o diálogo com estas entidades, não tomou em consideração as suas propostas e reivindicações e não procurou encontrar as melhores soluções e ao mesmo tempo que o POPNA criou medidas restritivas que impedem as atividades de turismo, recreio e pesca permitiu a instalação da coíncineração de resíduos industriais ou o aumento da atividade das pedreiras, estas últimas com graves consequências para o Parque Natural da Arrábida, colocando em risco o património geológico e espeleológico. -----

-----A criação do Parque Marinho Luiz Saldanha, resultante da aprovação do POPNA, impede o desenvolvimento das atividades da pesca artesanal, afectando diretamente centenas de pescadores e suas famílias por ser o seu único sustento. Assim, aprovou-se o diploma ignorando a posição dos pescadores e das suas estruturas representativas. As restrições impostas agravaram as condições de vida da população que reside e vive das atividades tradicionais do Parque, principalmente da atividade da pesca. -Alguns dos aspectos contestados prendem-se com a limitação do parque não ter base científica, a proibição da pesca com anzol nas áreas de proteção parcial, proibição de fundear nas áreas de proteção parcial a menos de ¼ de milha, proibição total da pesca lúdica, em todas as modalidades, mesmo a partir de terra, proibição de navegação por embarcações entre os 7 e 9 metros, enquanto as medidas compensatórias nunca foram concretizadas. Na prática, muitos pescadores não tendo alternativa, mantiveram a sua atividade, mesmo sujeitando-se a elevadas multas.-----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Partido Comunista Português e o Partido Ecologista os Verdes, têm acompanhado os problemas decorrentes da aplicação do POPNA e as suas consequências nas populações locais. Tem sido assim desde o ano de 2005 na assembleia da república através de projetos de resolução e perguntas constantemente apresentadas ao governo. Tem sido assim na câmara Municipal de Sesimbra através de tomadas de posições, mas tem também sido assim na Assembleia Municipal pelas deliberações tomadas em 27 de Julho e 25 de Novembro de 2005 com a aprovação da Moção “Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida” e moção “Contra o POPNA e a coincineração na Arrábida”. Em 03 de Fevereiro, 10 de Março e 26 de maio de 2006 com a aprovação da moção sobre o plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, “Coincinerção no Parque Natural da Arrábida” e “Apoio à luta dos pescadores”. Em 18 de Janeiro de 2010 com a aprovação da recomendação sobre o plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, em 30 de Julho do mesmo ano com a aprovação da moção “Um POPNA com Pessoas e em 10 de Janeiro de 2014 com a moção sobre a Revisão do Plano de Ordenamento do Plano Natural da Arrábida. Estas moções e recomendações foram sempre aprovadas com os votos favoráveis do grupo municipal da CDU. --- -----

-----Somos da opinião que os instrumentos de conservação da natureza devem ter em conta a realidade social, económica e as necessidades das comunidades que afectam. A conservação da natureza deve estar ao serviço da preservação dos recursos para benefício das próprias comunidades, económica e socialmente. Aquando da aprovação e publicação do POPNA, o Governo assumiu o compromisso de proceder à sua revisão ao fim de três anos de aplicação. Entretanto passaram cerca de nove anos e o POPNA continua por ser revisto. O anterior Governo comprometeu-se também a elaborar um estudo para avaliar os impactos das medidas restritivas nas condições de vida da população que reside e desenvolve as suas atividades no Parque da Arrábida, do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental. -----

-----Nestes termos, e tendo em consideração o exposto, exige-se que o Governo elabore uma avaliação dos impactos ao nível económico, social e cultural das medidas em vigor do POPNA nas populações locais, cuja atividade dependa do Parque Natural da Arrábida, nas atividades económicas tradicionais e a sua relação com a preservação da natureza e que inicie o processo de revisão associado a um amplo debate público, com as forças vivas locais, incentivando a participação das autarquias, das populações e demais associações e entidades e que os seus contributos, sugestões e propostas sejam incorporados na proposta de futuro plano de ordenamento.”-----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu as declarações de todos os Líderes dos Grupos Municipais e passou a ler a proposta de Moção subscrita pela Comissão de Líderes dos Grupos Municipais: -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“MOÇÃO-----
-----REVISÃO DO POPNA – UM IMPERATIVO DA COMUNIDADE SESIMBRENSE-----
-----A Assembleia Municipal de Sesimbra acompanhou com preocupação, o processo de discussão e aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida - POPNA, que teve início em 2005, quer através de informações prestadas pela própria câmara ou pelos grupos parlamentares na AR, quer através da aprovação de moções e tomadas de posição entretanto assumidas. -----
-----E se esses esforços foram desenvolvidos aquando da aprovação do Plano, situação que ocorreu há cerca de 9 anos – mais concretamente a 23 de Agosto de 2005 – também não é menos verdade que neste período, partidos políticos representados na assembleia da república, associações e sindicatos ligadas ao sector das pescas e dos pescadores, clubes com afinidades às atividades náuticas e órgãos autárquicos de Sesimbra, desenvolveram ações de sensibilização, realizaram debates, promoveram audições e aprovaram moções sempre com o mesmo objetivo – desencadear o processo de revisão que urge iniciar.
-----Recordamos ainda que a Assembleia da República aprovou 4 resoluções publicadas a 22 de Dezembro de 2011 – Resolução da Assembleia da República nº 154/2011; nº 155/2011, nº 156/2011 e nº 157/2011, respetivamente do PCP, PSD, PEV e CDS-PP, apelando e alertando a administração central para a necessidade da revisão do POPNA, através da promoção de um amplo debate público, da ponderação, na futura proposta, dos contributos das populações e entidades locais, da elaboração de estudo que avalie os impactos económicos, sociais e ambientais das medidas restritivas implementadas nas condições de vida das populações locais, e ainda que preveja uma estratégia de desenvolvimento que permita o abandono progressivo da extração de inertes, assim como a recuperação destas áreas. -----
-----Temos presente que os parques naturais existem e são geridos com a intenção de administrar recursos e criar dinâmicas de equilíbrio entre a vivência humana e o espaço envolvente que importa preservar e disciplinar. Este princípio é fundamental e determinante para a gestão do ecossistema dum determinado espaço, mas é inevitável que as populações que o integram sejam envolvidas na salvaguarda de um bem colectivo. -----
-----Sesimbra está interessada e disponível em participar na defesa deste parque porque as suas populações sentem que o seu dia-a-dia está intimamente ligado ao mar, enquanto fonte de riqueza e vetor estratégico para o seu desenvolvimento social, cultural e económico, porém a sua participação deve ocorrer desde já, e a realização desta sessão da assembleia municipal é uma demonstração do interesse que este assunto nos merece, associado ao reconhecimento publico que desejamos testemunhar acerca dos importantes contributos que os nossos convidados nos trouxeram – representantes do Conselho

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, Deputados da Assembleia da República e Especialistas na matéria - em complemento às preocupações que os representantes das organizações e entidades da comunidade sesimbrense nos apresentaram. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em sessão extraordinária em 11 de julho de 2014, delibera:-----

-----1. Solicitar ao Governo o início da revisão do POPNA, bem como a sua urgente finalização e a consideração clara das posições de todas as entidades locais envolvidas, considerando-se essencial que sejam tornados públicos todos os relatórios de avaliação realizados;-----

-----2. Solicitar ao Governo uma análise profunda do impacto do POPNA na pesca em Sesimbra, designadamente, a evolução das espécies residentes, das capturas, das embarcações em atividade e da população no ativo, bem como o impacto em outras atividades de grande potencial regional, nomeadamente de lazer e de turismo;-----

-----3. Solicitar reunião ao Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia bem como à Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local; -----

-----4. Dar conhecimento desta moção: -----

-----Ao Sr. Presidente da República -----

-----À Sra. Presidente da Assembleia da República -----

-----Ao Sr. Primeiro-ministro-----

-----Ao Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia-----

-----Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República -----

-----À Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local -----

-----Ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas-----

-----Junta Metropolitana de Lisboa -----

-----Câmara Municipal de Sesimbra -----

-----Câmara Municipal de Setúbal -----

-----Assembleia Municipal de Setúbal-----

-----Câmara Municipal de Palmela-----

-----Assembleia Municipal de Palmela-----

-----Assembleias e Juntas de Freguesia dos Municípios de Sesimbra, Setúbal e Palmela -----

-----Associação de Armadores de Pesca Artesanal Local do Centro e Sul -----

-----Sesibal -----

Ata nº 11 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Sindicato do Setor das Pescas*-----
-----*Associação dos Comerciantes e Serviços do Distrito De Setúbal*-----
-----*Comunicação Social Local e Regional.*-----
-----Submetida a votação a Moção foi aprovada por unanimidade e aclamação.-----
-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por
consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente
reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por
unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----
-----Declarou encerrada a reunião era uma hora e quinze minutos.-----
-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e
pelos Membros que o desejarem fazer.-----